

Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Programa de Pós-Graduação em Administração  
Curso de Mestrado Acadêmico em Administração

Thales Pann Souza Rufino

**ATITUDE EM RELAÇÃO A RISCOS E PARTICIPAÇÃO EM DISCUSSÕES  
POLÍTICAS:  
UM EXPERIMENTO SOBRE O PAPEL DA PERCEPÇÃO DE ANONIMATO  
EM REDES SOCIAIS VIRTUAIS**

João Pessoa

2016



Thales Pann Souza Rufino

**ATITUDE EM RELAÇÃO A RISCOS E PARTICIPAÇÃO EM DISCUSSÕES  
POLÍTICAS:  
UM EXPERIMENTO SOBRE O PAPEL DA PERCEPÇÃO DE ANONIMATO  
EM REDES SOCIAIS VIRTUAIS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Gabriel Porto Bellini

João Pessoa

2016

R926a Rufino, Thales Pann Souza.

Atitude em relação a riscos e participação em discussões políticas: um experimento sobre o papel da percepção de anonimato em redes sociais virtuais / Thales Pann Souza Rufino.- João Pessoa, 2016.

94f. : il.

Orientador: Carlo Gabriel Porto Bellini

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA

1. Administração. 2. E-participação. 3. Discussões políticas.  
4. Anonimato. 5. Atitudes - relações a riscos.

UFPB/BC

CDU: 658(043)

Thales Pann Souza Rufino

**ATTITUDE EM RELAÇÃO A RISCOS E PARTICIPAÇÃO EM DISCUSSÕES  
POLÍTICAS:  
UM EXPERIMENTO SOBRE O PAPEL DA PERCEPÇÃO DE ANONIMATO  
EM REDES SOCIAIS VIRTUAIS**

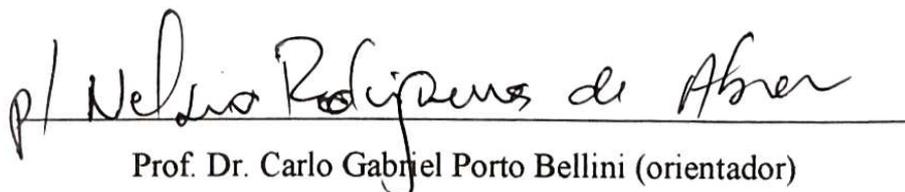
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Informação e Mercado.

Dissertação aprovada em: 29/02/2016

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Carlo Gabriel Porto Bellini (orientador)

Universidade Federal da Paraíba



Prof. Dr. Brivaldo André Marinho da Silva (examinador interno)

Universidade Federal da Paraíba

---

Prof. Dr. Guilherme Lerch Lunardi (examinador externo)

Universidade Federal do Rio Grande

*Dedico este trabalho à minha amorosa Mãe.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Riso e Rufino, pelos cuidados e esforços empregados durante todos esses anos para que eu pudesse chegar até aqui, e ao meu irmão Athos, cujo companheirismo proporciona o mais profundo e verdadeiro afeto.

Aos meus avós, que com muito esforço permitiram a existência da minha família e cujo amor sempre foi recíproco e verdadeiro.

Aos meus amigos e amigas que, com paciência e benevolência, estiveram ao meu lado durante os estudos e a elaboração desta obra. Em especial, agradeço à Ianne Melo, aos companheiros da Turma 39 de mestrado e aos pesquisadores que compõem o GTIS, grupo de pesquisa que me ajudou a dar os primeiros passos na produção científica.

Agradeço, na pessoa do meu orientador prof. Dr. Carlo Bellini, aos dedicados professores que tive desde do ensino secundário até a pós-graduação. Todos vocês continuam me influenciando a pensar melhor e, por isso, tenho muito a agradecer.

Aos que compõem a UFPB, instituição que me permitiu entrar em contato com o rico e dinâmico universo da ciência. Especialmente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Administração, que é minha eterna casa.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Brivaldo Marinho e Prof. Dr. Guilherme Lerch, cuja contribuição foi essencial para a construção desta obra.

Por fim, agradeço a Deus pelo dom da vida.

Compartilho com todos vocês esta conquista. Muito obrigado!

## RESUMO

A e-participação, como complemento da participação política tradicional, representa uma promessa de reavivamento da sociedade civil na era da informação. Apesar dos reduzidos custos financeiros, a e-participação ainda está em fase inicial se considerarmos a divisão que existe entre os que participam e os que ficam à margem do debate político online. A e-participação esbarra em alguns fatores de risco social, derivados da exposição de opinião pessoal, tendo como exemplo a perseguição ideológica. A comunicação anônima na internet tem sido apontada como uma via dúbia, pois por um lado facilita a expressão pessoal, mas por outro dificulta o debate, principalmente porque as pessoas perdem suas inibições. Assim, buscou-se analisar a relação entre atitudes em relação a riscos, percepção de anonimato e intenção de e-participação nas redes sociais virtuais. Realizou-se um estudo experimental, manipulando-se a percepção de anonimato de profissionais de uma ocupação de alto risco do setor público e medindo-se suas atitudes em relação a riscos e intenções de e-participação através do Facebook. Os resultados mostraram uma forte associação ( $R^2 = 0,80$ ;  $B = 9,54$ ;  $p\text{-valor} < 0.01$ ) entre atitudes em relação a riscos e intenção de e-participação e que essa relação fica ainda mais forte quando a e-participação ocorre na presença de uma maior percepção de anonimato. Com isso, observou-se que a percepção de anonimato interage com a atitude em relação a riscos num efeito que modera a relação desta com a intenção de e-participação.

**Palavras-chave:** E-participação. Anonimato. Atitudes em relação a riscos.

## ABSTRACT

E-participation, as complement to traditional political participation, represents a promise of revival of the civil society in the information age. Despite the reduced financial costs, e-participation is still in the early stages, if we consider the division that exists among those who participate and those who are outside of the online political debate. E-participation comes up against social risks derived from the expression of personal opinion, an example being ideological persecution. Anonymous communication on the Internet has been identified as dubious, because on the one hand it facilitates personal expression, but on the other it interferes with the debate, mainly because people lose their inhibitions. Therefore, an analysis of the relationship among risk attitudes, anonymity perception and intention of e-participation in virtual social networks was conducted. An experimental study was conducted by manipulating the perception of anonymity of professionals of a high-risk occupation in the public sector and measuring their risk attitudes and intentions of e-participation through Facebook. The results indicate that there is a strong association ( $R^2 = 0,80$ ;  $B = 9,54$ ;  $p\text{-value} < 0.01$ ) between risk attitudes and intention of e-participation, and that this relationship is even stronger when the e-participation occurs in presence of greater perceived anonymity. Thus, it was observed that anonymity perception interacts with risk attitudes in an effect that moderates the relationship between the latter and intention of e-participation.

**Keywords:** E-participation. Anonymity. Risks attitudes.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo teórico.....	31
Figura 2 - Opções da funcionalidade reações do Facebook.....	41
Figura 3 - Funcionalidade curtir do Facebook.....	41
Figura 4 - Identificação pessoal de quem curtiu uma publicação no Facebook.....	42
Figura 5 - Imagem das reações no Facebook.....	42
Figura 6 - Quantitativo de reações no Facebook.....	43
Figura 7 - Funcionalidade curtir no Youtube.....	43
Figura 8 - Análise residual.....	55
Figura 9 - Análise de diagnóstico.....	56
Figura 10 – Ajustamento da modelagem de equações estruturais.....	58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Índice de Aceitação de Riscos.....	33
Quadro 2 - Índice de intensidade de uso do Facebook.....	34
Quadro 3 - Índice de ajuste do modelo originalmente proposto.....	59
Quadro 4 - Índice de ajuste do modelo proposto: <i>bootstrap</i> para 100 amostras.....	60
Quadro 5 - Resultado das hipóteses: modelo para 100 amostras.....	60
Quadro 6 - Índice de ajuste do modelo proposto: <i>bootstrap</i> para 500 amostras.....	61
Quadro 7 - Resultado das hipóteses: modelo para 500 amostras.....	61
Quadro 8 - Resultado das hipóteses: modelo originalmente proposto.....	62
Quadro 9 - Força de contribuição da condição experimental na moderação.....	63
Quadro 10 - Resultado do teste de qui-quadrado.....	63

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas descritivas: variáveis demográficas.....	49
Tabela 2 – Descrição das atitudes em relação a riscos.....	50
Tabela 3 – Estatísticas descritivas: variáveis de controle.....	52
Tabela 4 - Resultados do índice de intensidade de uso do Facebook.....	53
Tabela 5 - Estatísticas da regressão linear simples.....	56
Tabela 6 - Análise de variância dos tratamentos segundo a intenção de e-participação.....	57

## LISTA DE ABREVIATURAS

AR	Atitudes em relação a riscos
IePRSV	Intenção de e-participação através de rede social virtual
PA	Percepção anonimato
IUF	Intensidade de uso do Facebook
EPI	Eficácia política interna
PPF	Percepção de perseguição ideológica no Facebook
PAFPP	Percepção de adequação do Facebook como plataforma política

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 Objetivos.....	16
1.1.1 Objetivo geral.....	16
1.1.2 Objetivos Específicos.....	16
1.2 Justificativa.....	17
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
2.1 Participação política.....	18
2.1.1 Participação política eletrônica.....	19
2.2 Atitudes em relação a riscos .....	21
2.2.1 Atitudes em relação a riscos de participação política.....	22
2.3 Anonimato .....	23
2.3.1 Conceituando privacidade e anonimato.....	23
2.3.2 Anonimato: prós e contras.....	24
2.3.3 Dimensões de anonimato.....	25
2.3.4 Pseudonomia e livre expressão.....	27
2.3.5 Anonimato e comunicação mediada por computadores.....	27
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	28
3.1 Delineamento.....	29
3.2 Variáveis e medidas.....	30
3.2.1 E-participação e o contexto brasileiro.....	31
3.2.2 Atitudes em relação a riscos no contexto da participação política.....	32
3.2.3 Percepção de anonimato e operacionalização do estímulo experimental.....	33
3.2.4 Variáveis de controle.....	34
3.2.4.1 Intensidade de uso do Facebook.....	34
3.2.4.2 Eficácia política interna.....	35
3.2.4.3 Percepção de adequação do Facebook como plataforma política.....	35
3.2.4.4 Percepção de perseguição ideológica no Facebook.....	35
3.3 Participantes.....	36
3.4 Construção de experimento para a pesquisa.....	37
3.5 Procedimentos.....	38
3.5.1 Primeira etapa do experimento.....	40

3.5.2 Segunda etapa do experimento.....	44
3.6 Materiais diversos.....	45
3.7 Análise de dados.....	46
3.7.1 Regressão linear.....	46
3.7.1 Anova.....	47
3.7.1 Modelagem de Equações Estruturais.....	48
3.7.1 Outros métodos estatísticos.....	49
<b>4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>49</b>
4.1 Descrição da amostra.....	49
4.1.1 Variáveis demográficas.....	49
4.1.2 Atitudes em relação a riscos.....	50
4.1.3 Variáveis de controle.....	51
4.2 Teste de hipóteses.....	53
4.2.1 Associação entre atitudes em relação a riscos e intenção de e-participação.....	53
4.2.1 Investigação da associação entre percepção de anonimato e intenção de e-participação.....	56
4.2.1 Efeito da percepção de anonimato sobre a relação entre atitudes em relação a riscos e intenção de e-participação através de redes sociais virtuais.....	57
<b>5 DISCUSSÃO.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>68</b>
<b>APÊNDICE A</b> - Questionário completo utilizado no grupo experimental.....	<b>77</b>
<b>APÊNDICE B</b> - Adaptação de questionário para uso no grupo controle.....	<b>86</b>
<b>APÊNDICE C</b> - <i>Slides</i> utilizados nas apresentações.....	<b>87</b>
<b>APÊNDICE D</b> - <i>Check-list</i> do experimento.....	<b>88</b>
<b>APÊNDICE E</b> - Roteiro de intervenção durante experimento.....	<b>89</b>
<b>APÊNDICE F</b> - Roteiro de entrevista pós-experimento.....	<b>92</b>
<b>APÊNDICE G</b> - Resumo de respostas coletadas na entrevista pós-experimento e procedimentos finais.....	<b>93</b>
<b>APÊNDICE H</b> - Vídeo para <i>priming</i> .....	<b>94</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a participação política dos cidadãos no processo político é considerada essencial para uma democracia saudável e funcional (BAKKER; DE VREESE, 2011).

Entender quem participa, bem como a quantidade, qualidade e igualdade da participação, é essencial para compreender a agenda política e as decisões tomadas pelos governos democráticos (i.e., CAMPBELL, 2013).

Apesar de alguns dos expoentes cientistas sociais brasileiros destacarem a inaptidão brasileira para a democracia liberal (e.g, HOLANDA, 2014, p. 218; VIANNA, 1987, p. 251), pesquisas recentes sugerem um futuro promissor para a jovem democracia brasileira (MOISÉS; MENEGUELLO, 2013, p. 86). Os resultados empíricos apresentados por Moisés e Meneguello (2013) mostram que, de alguma forma, grande parte da população brasileira está superando a tradição do cidadão “Anti-Rousseau”<sup>1</sup> e desenvolvendo, ao longo do tempo, concepções cada vez mais complexas sobre os conceitos democráticos.

Esse aprimoramento do conhecimento político, por parte dos cidadãos brasileiros, atrelado a um contexto de crescentes mobilizações sociais (VAINER, 2013), chama a atenção para o fato de que na democracia brasileira, em oposição ao que acontece em grande parte das novas democracias (MOISÉS; MENEGUELLO, 2013), o aumento da desconfiança política pode estar associado a uma mudança positiva na atitude dos cidadãos com relação à participação política.

Apesar disso, considerando as democracias modernas em todo o mundo, o volume de participação política está em declínio, especialmente entre os mais jovens. A internet tem sido apontada como um canal alternativo para remediar esse déficit (SKORIC *et al.*, 2009; HALPERN; GIBBS, 2013).

O impacto do fenômeno político da e-democracia está em constante propagação. O uso de TICs (tecnologias de informação e comunicação) é significativo, considerando desde os dramáticos processos de transição na África do Norte e no Oriente Médio até o crescimento, no Ocidente, dos meios que promovem o envolvimento dos cidadãos no desenvolvimento das comunidades locais (e.g., LIDÉN, 2013).

Kam (2012) argumentou que a atitude dos cidadãos em relação a riscos é uma variável amplamente ignorada no estudo dos determinantes da ação política. A autora, através

---

<sup>1</sup> Termo usado por Vianna (1987, p. 261) para descrever o abismo que separaria o cidadão brasileiro do cidadão idealizado por Rousseau em sua obra *O Contrato Social*.

de seus resultados empíricos, propôs que a atitude em relação a riscos prediz não apenas a extensão na qual os cidadãos têm participado da vida política, mas também a extensão na qual eles acreditam que irão participar no futuro.

Por outro lado, estudos sugerem que o anonimato pode ser capaz de diminuir um pouco da influência sócio-psicológica disfuncional sobre a expressão de opinião e criar um ambiente propício para a deliberação pública. O anonimato pode, inclusive, incentivar discussões mais animadas, gerando argumentos mais interessantes (HO; MCLEOD, 2008).

Os resultados empíricos, no entanto, não deixam claro qual é o papel que o anonimato exerce na comunicação, participação ou deliberação política através da internet. Como exposto por Valenzuela *et al.* (2012), se o anonimato reduz os custos de expressar opiniões políticas, então pode contribuir de forma única para a participação política. Porém, se o anonimato leva a trocas incivis, discussões on-line podem ser menos eficazes do que as face-a-face na promoção de comportamentos participativos.

Procurando entender como se relacionam as três variáveis discutidas anteriormente, – a saber, a intenção de participação política na internet (i.e., e-participação), a atitude em relação a riscos e a percepção de anonimato –, propõe-se a seguinte questão de pesquisa:

Qual é a relação entre atitudes em relação a riscos, percepção de anonimato e intenção de e-participação nas redes sociais virtuais?

## 1.1 Objetivos

Para responder à questão de pesquisa, elaboraram-se os objetivos a seguir.

### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre atitudes em relação a riscos, percepção de anonimato e intenção de e-participação nas redes sociais virtuais.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- Mensurar a associação entre atitude em relação a riscos e intenção de e-participação nas redes sociais virtuais.
- Analisar a influência da percepção de anonimato sobre a intenção de e-participação nas redes sociais virtuais.

- Verificar a influência da percepção de anonimato sobre o relacionamento entre atitude em relação a riscos e e-participação nas redes sociais virtuais.

## 1.2 Justificativa

As mais recentes pesquisas que verificam o papel das redes sociais virtuais na melhoria da qualidade das democracias modernas, ou mesmo na transição democrática em regimes fechados, apontam frequentemente para algumas questões controversas que passaram despercebidas, tais como a presença de censura, vigilância e campanhas de contrainformação nessas novas mídias (e.g., VAN DIJK, 2012). Os aspectos muitas vezes dúbios das redes sociais virtuais, vistas ao mesmo tempo como revolucionárias e como fontes de desconfiança, revelam a necessidade de pesquisas empíricas e teóricas que esclareçam seus impactos sobre o mundo político moderno (i.e., BAUMGARTNER; MORRIS, 2009).

Tendo em vista que o anonimato é uma das melhores maneiras de garantir privacidade (KLING *et al.*, 1999; VAN DIJK, 2012), este estudo pretende contribuir com a literatura ao investigar como a percepção de anonimato dos usuários afeta a e-participação através de redes sociais virtuais, seguindo a mesma ideia de pesquisas recentes que revelam a influência do anonimato em comportamentos similares nas comunidades virtuais (e.g., LUARN; HSIEH, 2014).

Considerando que as atitudes em relação a riscos são, como propôs Kam (2012), determinantes da participação política no geral, pretende-se verificar o quanto essas mesmas atitudes estão associadas à e-participação nas redes sociais virtuais, ambiente que é cercado, assim como no mundo off-line, de diversos custos e benefícios.

Como exposto por Kam (2012), a perspectiva de risco-retorno é adequada para se compreender atitudes em relação a riscos no contexto da participação política. Neste estudo, tem-se o interesse de estudar a presença da percepção de anonimato na avaliação de risco-retorno que acontece diante da possibilidade de participar politicamente através de redes sociais. Com isso, busca-se evidenciar alguns mecanismos que estão por trás do comportamento político de indivíduos que usam cotidianamente as redes sociais virtuais (e.g., BODE *et al.*, 2014).

Nicolás *et al.* (2013) mostram que as pesquisas sobre política e internet no Brasil estão concentradas na região Sul e Sudeste do país. Na região Nordeste, a única instituição que esteve presente na revisão dos autores foi a UFBA (Universidade Federal da Bahia). Isso mostra que, apesar do crescente interesse que a matéria está despertando nos campos da Comunicação

Social, Ciência Política e Sociologia no Brasil, ainda há muito o que ser feito para se compreender melhor o comportamento político dos brasileiros na internet. Além disso, segundo os autores, no levantamento feito no período de 2000 a 2011, apenas 1,3% das pesquisas foram elaboradas pela área de Administração. Nossa pesquisa busca, portanto, preencher também esta lacuna.

Verifica-se que são poucos os estudos com profissionais de ocupações de alto risco no Brasil, especialmente no que diz respeito ao estudo de suas atitudes em relação a riscos ou de seus comportamentos políticos. Espera-se que esse estudo possa contribuir também no sentido de compreender melhor as atitudes e intenções desses profissionais no contexto das redes sociais virtuais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Participação política**

Os estudos sobre participação política estão ocupando espaço de destaque na academia, sendo um dos principais subgrupos da ciência política (TEORELL, 2006). Considerada vital para o bom funcionamento da democracia, a participação política no ocidente está em patamares baixos ou, simplesmente, se afastando dos valores esperados, principalmente quando se analisa o comportamento de indivíduos mais jovens (i.e., BAKKER; DE VREESE, 2011).

Segundo Bakker e De Vreese (2011), é possível que as mudanças sofridas pelos conceitos de participação e engajamento político, nos últimos anos, decorram da compreensão de que as atitudes dos cidadãos em relação à política estão se modificando e que é preciso investigar a participação a partir de uma ótica mais ampla do que a perspectiva tradicional, centrada em temas relacionados às eleições e aos partidos políticos.

Nesse sentido, uma das definições mais claras e abrangentes para a participação política é a de Teorell *et al.* (2007). Os autores definem participação política como um conjunto de ações e atividades exercidas por cidadãos comuns que, de alguma maneira, são direcionadas para influenciar o resultado das decisões políticas na sociedade.

A internet e as tecnologias da chamada “web 2.0” são meios que apresentam grande potencial para o desenvolvimento de alternativas para a participação política tradicional, principalmente as ferramentas que permitem acesso em massa e com baixos custos associados

(SCHERER; WIMMER, 2012; BAKKER; DE VREESE, 2011). Explora-se, então, o fenômeno da e-participação e sua importância para o aumento da qualidade das democracias.

### 2.1.1 Participação Política Eletrônica

Neste estudo, a participação política eletrônica (e-participação) é a extensão e transformação da participação na deliberação política e nos processos decisórios através de tecnologias de informação e comunicação (SÆBØ *et al.*, 2010). Para SÆBØ *et al.* (2010), as tecnologias de internet são consideradas soluções em potencial para problemas como o baixo nível de engajamento político, a desconexão entre os cidadãos e seus representantes e, conseqüentemente, o declínio da legitimidade das instituições políticas.

Nos últimos anos, as práticas da e-participação passaram de iniciativas meramente exploratórias e experimentais para projetos de grande sucesso, recebendo cada vez mais atenção de pesquisadores, governos e praticantes (EGGERS, 2007; MEDAGLIA, 2012; ZHENG *et al.*, 2014). No campo acadêmico, a e-participação está relacionada à teoria democrática, ciência política, estudos da comunicação, estudos de tecnologias e ciência da informação (MACINTOSH *et al.*, 2009). Os temas mais estudados são relativos aos atores envolvidos, às atividades disponíveis, os fatores contextuais (infraestrutura, acessibilidade, etc.), aos efeitos sobre o engajamento, a deliberação e a democracia, e aos métodos de pesquisa (MEDAGLIA, 2012; SÆBØ *et al.*, 2008).

Como área de pesquisa, a e-participação sofre com a falta de metodologias consistentes, falta de clareza em conceitos centrais e de aprofundamento teórico (i.e., SUSHA; GRÖNLUND, 2012). Uma das confusões conceituais mais recorrentes é a da não separação entre o conceito de e-participação e e-democracia<sup>2</sup>. Como explica Susha e Grönlund (2012), a relação entre esses dois termos ainda não é clara o bastante, mas é possível observar que existem discrepâncias entre eles, principalmente em relação aos temas abordados, ao escopo e aos métodos de investigação.

Em relação aos temas abordados, segundo Susha e Grönlund (2012) existe um falso pressuposto de que a e-participação acontece apenas em favor da democracia. Além disso, a

---

<sup>2</sup> Utilizamos o termo e-democracia como sinônimo de democracia digital, que foi definido por Hacker e Van Dijk (2000) como uma coleção de tentativas de praticar a democracia sem os limites de tempo, espaço e outras condições físicas, usando TICs ou comunicação mediada por computadores como um suplemento, e não como substituição, dos meios análogos e tradicionais da prática política.

identificação como um subgrupo da e-democracia faz com que as pesquisas priorizem as teorias democráticas clássicas, o que dificulta o desenvolvimento teórico autônomo da área e reduz o rigor das pesquisas. Isso também explica o fato das formas mais estudadas de e-participação estarem relacionadas à democracia direta e à democracia deliberativa.

Os mesmos autores mostram que, no tocante às ferramentas disponíveis para a e-participação, as pesquisas se dividem entre aquelas cujo foco são as tecnologias disponibilizadas pelas instituições políticas e aquelas que emergem da iniciativa dos próprios cidadãos em utilizar diferentes recursos tecnológicos para participar politicamente. É nessa última classificação que os autores destacam a utilização de redes sociais virtuais e blogs para a e-participação.

Susha e Grönlund (2012) afirmam, ainda, que poucos estudos analisam como fatores sociais e da personalidade podem influenciar os cidadãos a se engajarem em iniciativas de e-participação. Eles concluem sugerindo que, para compreender as iniciativas que partem dos cidadãos e suas motivações, é preciso avançar em pesquisas que estudem as atitudes dos cidadãos, suas percepções individuais e, em particular, os fatores que os preocupam diante da possibilidade de e-participação.

Para compreender algumas das preocupações dos cidadãos, Scherer e Wimmer (2014) conduziram uma revisão da literatura sobre a relação entre confiança e e-participação. Eles mostram que, apesar da importância da relação, muitos aspectos ainda estão por serem explorados. Além disso, evidenciam alguns fatores importantes para a predição da e-participação, tais como: a percepção de confiabilidade das tecnologias e dos *stakeholders* e a percepção de riscos e de benefícios, derivados da relação entre confiança e e-participação.

Sobre a percepção de confiabilidade de tecnologias e *stakeholders*, Lankton e McKnight (2011) investigaram esses fatores na rede social virtual Facebook e encontraram evidências de que o respeito pela privacidade pessoal e a facilidade de uso da tecnologia influenciam em grande medida a confiança dos usuários.

Estudos mostram que não está claro se os antecedentes do comportamento político online são os mesmos do off-line (VALENZUELA *et al.*, 2012). Resultados empíricos sugerem, por exemplo, que, em democracias consolidadas, a participação política online é menos frequente e menos comum do que a participação off-line, e que uma forma de participação reforça a outra e vice-versa (i.e., DI GENNARO; DUTTON, 2006). Outras

pesquisas mostram que antigos padrões de expressão e participação política são replicados do meio off-line para a internet (e.g., BAUMGARTNER; MORRIS, 2010; BRANDTZAEG, 2015). Nesse sentido, é importante estudar os aspectos comportamentais que interferem na e-participação especificamente.

Um dos antecedentes da participação política que é amplamente ignorado é a atitude dos cidadãos em relação ao risco de participação política (KAM, 2012). Em seguida, maiores detalhes sobre esse antecedente serão discutidos.

## 2.2 Atitudes em relação a riscos

Como exposto por Blais e Weber (2006), as pessoas diferem uma das outras na forma como lidam com decisões que envolvem algum grau de risco e incerteza. Essas diferenças são geralmente descritas como diferenças de atitude em relação a riscos.

A atitude em relação a riscos começou a ser estudada como um traço da personalidade, que variava num *continuum* entre a aversão e a busca por situações arriscadas (WEBER *et al.*, 2002). Para tanto, pesquisadores utilizaram o *framework* da utilidade esperada e algumas de suas variações, inclusive a teoria do prospecto (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979; TVERSKY; KAHNEMAN, 1992). Segundo Weber e colegas (2002), foram identificadas, no entanto, algumas inconsistências que limitaram a utilização dessa perspectiva de forma mais abrangente.

Por exemplo, Slovic (1964) mostra que utilizar o *framework* da utilidade esperada para investigar a propensão de indivíduos para o risco gera resultados empíricos inconsistentes. Além disso, algumas pesquisas mostraram que fatores da personalidade, como a aversão ou propensão a riscos, não permanecem consistentes quando se variam domínios e situações de risco (MACCRIMMON; WEHRUNG, 1990; SCHOEMAKER, 1990).

Nesse sentido, Slovic (1962) sugere que é pouco provável que exista uma atitude em relação a riscos no geral, ou seja, uma atitude que seja constante para qualquer que seja o contexto de risco.

Considerando isso, Weber (1997; 1999) desenvolveu uma série de modelos psicológicos de risco-retorno com o intuito de estudar a percepção de situações de risco em função de um assunto ou contexto específico e sendo possível obter diferentes resultados na comparação entre indivíduos.

Para esclarecer as variáveis envolvidas nas atitudes em relação a riscos, apresentamos, na Equação 1, o modelo proposto por Weber e colegas (2002).

$$\text{Preferência}(X) = a(\text{Exp. Benefício}(X)) + b(\text{Per. Risco}(X)) + c \quad \text{Eq.(1)}$$

Assim, a atitude em relação a riscos (Preferência) é uma função da expectativa de benefício (Exp. Benefício), da percepção de risco (Perc. Risco), da atitude em relação à percepção de risco (coeficiente b) e do contexto (coeficiente c).

Cabe esclarecer que o coeficiente b, denominado atitude em relação à percepção de risco (WEBER; MILLIMAN, 1997), se distingue das demais variáveis na medida em que expressa a avaliação pessoal da atratividade (ou não atratividade) dos riscos percebidos. Isso significa que, mantidas as outras variáveis constantes, a atitude em relação à percepção de risco mede a tendência individual para buscar situações mais arriscadas (ou se distanciar delas)<sup>3</sup>.

Não será utilizada, no entanto, a fórmula proposta por Weber e colegas para a medição das atitudes em relação a riscos, tendo em vista que já há uma escala produzida para o contexto específico da participação política, que será apresentada na subseção seguinte.

### 2.2.1 Atitudes em relação a riscos no contexto da participação política

Baseado no modelo risco-retorno e a partir de pesquisas existentes nos campos da ciência política, sociologia e psicologia, Kam (2012) desenvolveu o índice de aceitação de risco (*Risk Acceptance Index*), onde os indivíduos podem ser classificados num *continuum* entre o totalmente averso e o mais tolerante em relação ao risco de participação política.

Além da perspectiva risco-retorno, Kam (2012) utiliza na composição de seu índice o construto da busca por sensação, definido por Zuckerman (1979) como um traço da personalidade que faz o indivíduo buscar variedade, novidade, complexidade, sensações e experiências intensas, além do desejo de assumir riscos físicos, sociais, legais e financeiros por causa de uma certa experiência. Nesse sentido, Kam (2012) acrescenta que uma das razões para os indivíduos participarem é que a participação política pode gerar em alguns indivíduos a sensação de excitação.

A busca por sensação está associada a uma série de comportamentos de risco, como consumo de álcool e abuso de drogas ilícitas. Uma das possíveis explicações é que os indivíduos

---

<sup>3</sup> Para compreender essa definição através de exemplos práticos, consultar Weber e Hsee (1998).

buscadores de sensações subestimam os riscos, o que os torna mais propensos a tentar e repetir comportamentos considerados arriscados (HOYLE *et al.*, 2002). A busca por sensação também está associada à escolha profissional, sendo comum os indivíduos buscadores de sensações escolherem profissões mais arriscadas ou estimulantes (ROBERTI, 2004).

Kam (2012) argumentou que os indivíduos mais tolerantes a riscos se engajam mais na participação política e de diversas formas. Contudo, a autora observou que a relação entre atitudes em relação a riscos e participação política varia muito de acordo com o tipo de ato político, podendo inclusive não ter associação. Sob essa ótica, a relação entre as atitudes em relação a riscos e e-participação através de redes sociais virtuais ainda não foi explorada suficientemente pela literatura. Ainda assim, espera-se que uma maior aceitação ao risco estimule a e-participação nas redes sociais. Propõe-se, portanto, a seguinte hipótese:

**H1:** Atitudes de aceitação de risco influenciam a e-participação nas redes sociais virtuais.

## 2.3 Anonimato

### 2.3.1 Conceituando privacidade e anonimato

Apesar dos estudos sobre privacidade terem surgido há mais de cem anos e de serem produzidos em diversos campos científicos, como Filosofia, Psicologia e Sociologia, observa-se que conceitos e definições ainda estão muito fragmentados e as relações sugeridas são inconsistentes, não tendo sido completamente desenvolvidas ou empiricamente validadas (i.e., SMITH *et al.*, 2011).

Neste estudo, define-se privacidade como a habilidade dos indivíduos para controlar os termos pelos quais suas informações pessoais são adquiridas e usadas (CULNAN; BIES, 2003). Como explicam Smith *et al.* (2011), essa é uma definição frequentemente adotada no ramo das Ciências Sociais, especialmente nos estudos de Sistemas de Informação.

Entre os diversos termos que são confundidos com privacidade, anonimato é um dos principais (CAMP, 1999; MARX, 1999). Anonimato não é privacidade, apesar dos termos estarem inter-relacionados (CAMP, 1999; SCOTT *et al.*, 2011). Anonimato pode ser definido como a inability de outros identificarem um indivíduo ou de outros identificarem a si mesmos (CHRISTOPHERSON, 2007). Na perspectiva da Comunicação Social, pode ser entendido como a medida com a qual um comunicador percebe que a fonte da mensagem é desconhecida ou não especificada (SCOTT *et al.*, 2011).

A diferença principal a ser destacada é que, enquanto a privacidade se refere ao controle sobre acesso, distribuição e uso de uma informação pessoal, o anonimato diz respeito à expectativa de que uma informação não será associada a um determinado indivíduo (CAMP, 1999). Nesse sentido, o anonimato é uma das formas mais poderosas de garantir a privacidade (KLING *et al.*, 1999), pois, ainda que uma informação pessoal seja divulgada sem a autorização do interessado, não seria possível associá-lo ao conteúdo da mesma. Por fim, a diferença entre privacidade e anonimato se torna clara nos casos em que um indivíduo tem interesse em divulgar determinada informação pessoal, mas que, por diversos motivos, não deseja ser identificado<sup>4</sup>.

### 2.3.2 Anonimato: prós e contras

Marx (1999) levantou um conjunto de contextos nos quais anonimato e identificação são considerados socialmente justificáveis.

Em favor do anonimato, ele destaca: facilitar o fluxo de informação e comunicação de questões de interesse público (p.ex. *Whistle Blowers*, Comunicação Política através de pseudônimos, etc); obter informações para pesquisas científicas; encorajar uma maior atenção ao conteúdo da mensagem do que às características do mensageiro; encorajar o relato, a busca por informação, o compartilhamento e a busca de ajuda em condições estigmatizadas, em contextos que podem deixar o indivíduo em situação de desvantagem estratégica ou quando o indivíduo julga ser algo simplesmente muito pessoal; para proteger doadores de diversos recursos, ou aqueles que tomam medidas vistas como necessárias porém impopulares; proteger interesses econômicos nas relações de venda e compra; proteger o tempo, espaço e o indivíduo de intrusões indesejadas; garantir que julgamentos aconteçam com base em padrões estabelecidos e não nas características pessoais dos participantes; proteger a reputação e os ativos; evitar perseguição; melhorar rituais, jogos, brincadeiras e celebrações; encorajar a experimentação e a adoção de medidas arriscadas sem ter que se preocupar com consequências advindas da identificação pessoal; proteger a individualidade; atender expectativas em virtude de tradição cultural;

O mesmo autor, em favor da identificação, relaciona os seguintes aspectos: auxiliar a responsabilização; julgar a reputação; pagar dívidas e garantir reciprocidade nas interações; melhorar eficiência e serviços; determinar elegibilidade em diversos contextos sociais; garantir

---

<sup>4</sup>Em Solove (2006), é possível ter acesso a exemplos práticos.

algumas interações a distância ou mediadas no tempo e espaço; auxiliar em pesquisas científicas; proteger a saúde e os consumidores; auxiliar na construção de relacionamentos; ajudar na orientação social.

Pensando especificamente no contexto da internet, Johnson (1997) destaca que o anonimato é positivo, na medida em que promove a igualdade e pode facilitar a participação, ainda que o assunto não seja tão delicado ou estigmatizado. Além disso, no ambiente de trabalho, os indivíduos podem ser mais criativos. Porém, o autor também destaca pontos negativos para o ambiente online, tais como a dificuldade para identificar e capturar criminosos, uma maior liberdade para as pessoas agirem de modo indesejável e a diminuição da integridade das informações.

### 2.3.3 Dimensões de anonimato

Na literatura, o anonimato é estudado com relação a diversas dimensões ou categorias. Entre as principais dimensões, estão: anonimato off-line e online, anonimato técnico e social, anonimato de conteúdo e de processo, anonimato físico e discursivo, tipos de conhecimento da identificação e tipos de relacionamento entre emissor, receptor e mensagem.

Anonimato off-line é uma condição na qual um indivíduo tem que fazer determinado esforço para garantir seu anonimato, sendo naturalmente identificável se assim não o fizer. Já o anonimato online é aquele em que o estado natural é de anonimato e o indivíduo, para ser identificável, tem que fazer um esforço no sentido de estabelecer sua real identidade (JOHNSON, 1997).

Anonimato técnico ocorre quando qualquer informação significativa para a identificação de outros (ou de si mesmo) é removida em uma troca de materiais. Por sua vez, anonimato social ocorre quando os usuários percebem que os outros (ou até eles mesmos) não são identificáveis, devido a eles não perceberem nenhum sinal ou contexto que torne possível a atribuição de identidade (HAYNE E RICE, 1997).

Anonimato de conteúdo é a amplitude com a qual os membros de um grupo podem identificar a fonte de uma particular informação por conta de identificadores presentes no próprio conteúdo. Anonimato de processo é a amplitude com a qual se pode identificar a fonte de uma informação através da observação direta do indivíduo que está emitindo a comunicação (VALACICH *et al.*, 1992).

Anonimato físico é quando um indivíduo não consegue perceber a presença física da fonte de uma mensagem, ou quando um emissor se sente anônimo por estar fisicamente separado dos receptores. Anonimato discursivo é a condição em que um comentário específico não pode ser atribuído a sua fonte. Enquanto o primeiro geralmente se refere ao anonimato visual, o segundo diz respeito, sobretudo, ao anonimato textual (SCOTT, 1998).

Os tipos de conhecimentos sobre a identificação são tratados por Marx (2001), sendo relacionados os seguintes: nome legal; localização; pseudônimos que podem ser ligados a um nome legal ou uma localização; pseudônimos que não podem ser ligados a um nome legal ou localização; reconhecimento de padrão; categorização social e certificação ou elegibilidade. Segundo o autor, a identificação pode ser contrastada com o anonimato e essa classificação permite compreender melhor as variações encontradas nas pesquisas empíricas sobre anonimato.

Pfitzmann e Hansen (2010) definiram quatro conceitos relevantes para a compreensão do anonimato, tendo como base as relações entre emissores, receptores e mensagens. Esses conceitos são *Unlinkability*, *Undetectability*, *Unobservability* e *Pseudonymity*, que serão traduzidos, respectivamente, como não-coligabilidade, indetectabilidade, inobservabilidade e pseudonomia.

A não-coligabilidade refere-se ao nível de dificuldade para se associar dois ou mais itens de interesse envolvidos num processo de comunicação, tais como indivíduo, mensagem e ação. A indetectabilidade de um item de interesse consiste na incapacidade de se distinguir se tal item de fato existe dentro de um conjunto de outros itens que não interessam. Apesar de seu conceito não ser diretamente relacionado com anonimato, a indetectabilidade pode estar associada ao anonimato para gerar o que o autor chama de inobservabilidade. A inobservabilidade de um item de interesse é a sua indetectabilidade atrelada ao anonimato dos sujeitos que estariam relacionados com esse item. Dessa forma, mesmo que o item de interesse fosse detectado por algum indivíduo, não seria possível identificar o relacionamento desse item com qualquer outro sujeito.

Ainda segundo Pfitzmann e Hansen (2010), a pseudonomia é o uso de pseudônimos como identificadores. Pseudônimo é um identificador usado por um emissor ou receptor, mas que é diferente de um de seus identificadores reais. É possível, a partir do uso continuado, que se possa estabelecer ou consolidar uma reputação em torno de um pseudônimo. A seguir, será detalhada a relação entre pseudonomia e livre expressão individual.

### 2.3.4 Pseudonomia e livre expressão

Considerando a definição de Pfitzmann e Hansen (2010), apresentada anteriormente, bem como a classificação proposta por Marx (1999), a pseudonomia pode ocorrer de duas formas: identificável e não identificável. A pseudonomia identificável é aquela na qual os símbolos usados como identificadores podem ser ligados a uma pessoa, constituindo assim uma forma de pseudo-anonimato. Já a pseudonomia não identificável é aquela em que os símbolos usados como identificadores não podem ser ligados a nenhum indivíduo em particular, sendo por isso uma forma real de anonimato.

Como a pseudonomia é uma das dimensões de anonimato, muito estudos em vez de se referirem diretamente à primeira, o fazem implicitamente ao abordarem o anonimato<sup>5</sup>. Anonimato e pseudonomia protegem as pessoas de vieses baseados em suas identidades e permitem que elas votem, falem e se associem mais livremente, através da proteção delas contra o perigo da represália (SOLOVE, 2006). Segundo Papacharissi (2004), o anonimato online remove limites de identidade da vida real e aumenta a comunicação livre e aberta, promovendo assim um intercâmbio mais esclarecido de ideias.

### 2.3.5 Anonimato e comunicação mediada por computadores

Duas correntes de pensamento, derivadas da Teoria da Desindividuação (POSTMES; SPEARS, 1998), concorrem para explicar o comportamento das pessoas na comunicação mediada por computadores (CMC). A primeira diz que em CMC, quando as pessoas se sentem protegidas pelo anonimato elas tendem a se comunicar de forma mais extrema, impulsiva e menos civilizada (ROWE, 2015). A outra perspectiva, no entanto, diz que a desindividuação causada pelo anonimato não produz, por si só, comportamentos negativos, mas diminui a influência dos padrões internos de comportamento, deixando o indivíduo mais suscetível a se comportar segundo um poder externo, que pode influenciar um comportamento socialmente positivo ou negativo (MCKENNA; BARGH, 2000).

Essas duas visões refletem discussões e resultados ambíguos na literatura sobre a comunicação política através da internet. Por um lado, como expõe Ho e McLeod (2008), pode ser que o anonimato diminua a influência sócio-psicológica disfuncional sobre a expressão de opinião, criando um ambiente propício para a deliberação política. Por outro, se o anonimato

---

<sup>5</sup> Consultar Fromkin (1999) e Peddinti e colegas (2014).

conduz a trocas incivis, isso provoca redução na confiança por parte dos usuários, o que pode resultar em uma menor participação online (VALENZUELA *et al.*, 2012). Nesse sentido, pesquisas sugerem que os canais que exigem maior identificação pessoal, como algumas redes sociais virtuais, produzem melhores efeitos para a interação online do que os canais anônimos, pois geram confiança (HALPERN; GIBBS, 2013).

Anonimato e percepção de anonimato, apesar de claramente distintos, são termos geralmente intercambiáveis na literatura científica internacional (i.e. LIU *et al.*, 2016). Diante das variáveis presentes no fenômeno em estudo, a percepção de anonimato permite melhor operacionalização para investigação. Além disso, o aumento ou a diminuição do anonimato, por si só, muitas vezes passa despercebido pelos usuários, o que é indesejável diante do que se deseja pesquisar. Tendo em vista o exposto, propõe-se a seguinte hipótese:

**H2:** A percepção de anonimato influencia a e-participação nas redes sociais virtuais.

Considerando o modelo risco-retorno de Weber *et al.* (2002), já apresentado na seção 2.2, onde a intenção de um indivíduo engajar-se em determinado comportamento depende de sua percepção de custos e benefícios envolvidos, é possível que num contexto de maior percepção de anonimato as atitudes em relação a riscos interajam com as intenções de e-participação de forma diferente das observadas nos estudos da participação off-line, onde se supõe a identificação pessoal. Assim, propõe-se a seguinte hipótese:

**H3:** A percepção de anonimato modera a influência da atitude em relação a riscos sobre e-participação através das redes sociais virtuais.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos desenvolvidos para esta pesquisa.

Desenvolveu-se um experimento de laboratório para testar as hipóteses deste estudo. Esse método facilita o controle das principais variáveis estudadas e é, reconhecidamente, um método que permite o estudo de relacionamentos causais, o que nos permitiu explorar o modelo teórico e alcançar os objetivos propostos.

Neste experimento, manipulou-se a percepção de anonimato dos participantes visando estimar a influência desse construto sobre a e-participação no Facebook. Essa suposta influência foi estudada quanto à possibilidade de um relacionamento direto (H2) e quanto à

possibilidade de um relacionamento indireto (H3), onde a atitude em relação a riscos poderia interagir com a percepção de anonimato, alterando a e-participação.

Recrutou-se trinta voluntários de uma organização do setor público, tendo sido separados, aleatoriamente, em dois grupos. Contou-se para ambos os grupos uma história fictícia, na qual eles estariam participando de uma pesquisa patrocinada pelo Facebook, cujo objetivo era obter a avaliação dos usuários quanto aos novos recursos de interação que estariam sendo desenvolvidos para a rede social. Os dois grupos foram apresentados a uma funcionalidade idêntica em todas as características exceto uma, a que permitiu o tratamento experimental. Assim, para um dos grupos a nova funcionalidade, chamada de Reações, foi apresentada como forma de interação anônima, enquanto que para o outro grupo nada foi dito com relação ao anonimato ou à identificação pessoal na mesma funcionalidade. Sob essas circunstâncias, os participantes assinalaram, numa lista disponibilizada, as notícias sobre corrupção com as quais eles gostariam de interagir, se as Reações já estivessem em vigor. Apenas um dos participantes afirmou ter tido, anteriormente ao experimento, informação sobre a funcionalidade Reações do Facebook, mas ele estava no grupo controle, onde as explicações durante o experimento foram verdadeiras.

Na seção seguinte explicita-se o desenho do experimento. Em seguida (seção 3.2), identifica-se o modelo conceitual da pesquisa e operacionaliza-se os construtos envolvidos. A seção 3.3 contém os procedimentos adotados na seleção de participantes e as características gerais da amostra. Em seguida (seção 3.4), procurou-se explicitar as decisões que foram tomadas na construção do experimento de laboratório para alcançar os objetivos da pesquisa. Na seção 3.5, detalham-se os procedimentos experimentais adotados, tendo em vista a criação de um contexto coerente para incluir a coleta dos dados, sem com isso revelar aos participantes as reais intenções do pesquisador.

### 3.1 Delineamento

Escolhemos um delineamento com grupo controle e apenas pós-teste<sup>6</sup>, que, segundo Aronson *et al.* (1990), além de possuir as qualidades de validade interna de um experimento com grupo controle, pré-teste e pós-teste, é um design que fornece vantagem no tocante à validade externa, pois evita problemas como a sensibilização devido ao pré-teste. Neste estudo,

---

<sup>6</sup> O delineamento utilizado nesta pesquisa (*Post-Test Only Control Group Design*) foi detalhado nos trabalhos de Campbell e Stanley (1963) e Aronson e colegas (1990).

diante dos procedimentos que foram adotados e que serão descritos na seção 3.5, entendemos que, além do problema da sensibilização, um pré-teste aumentaria consideravelmente a chance de descoberta da *cover story*, artifício utilizado para minimizar possíveis vieses de demanda.

Faz parte desse delineamento a escolha aleatória dos indivíduos para os diferentes tratamentos. A aleatoriedade nos permite saber que qualquer diferença extraída dos resultados não será em razão das diferenças pré-existentes entre os sujeitos, mas devida aos diferentes tratamentos aplicados a eles (ARONSON *et al.*, 1990; SHADISH; COOK; CAMPBELL, 2002).

A notação para o delineamento utilizado é a seguinte:

RG1 X O<sub>1</sub>  
 RG2 - O<sub>2</sub>

Onde,

R = aleatoriedade da distribuição dos sujeitos;

G1 = grupo experimental, que recebeu o tratamento;

G2 = grupo controle, que não recebeu o tratamento;

X = tratamento experimental;

O = resultados coletados nos respectivos grupos 1 e 2

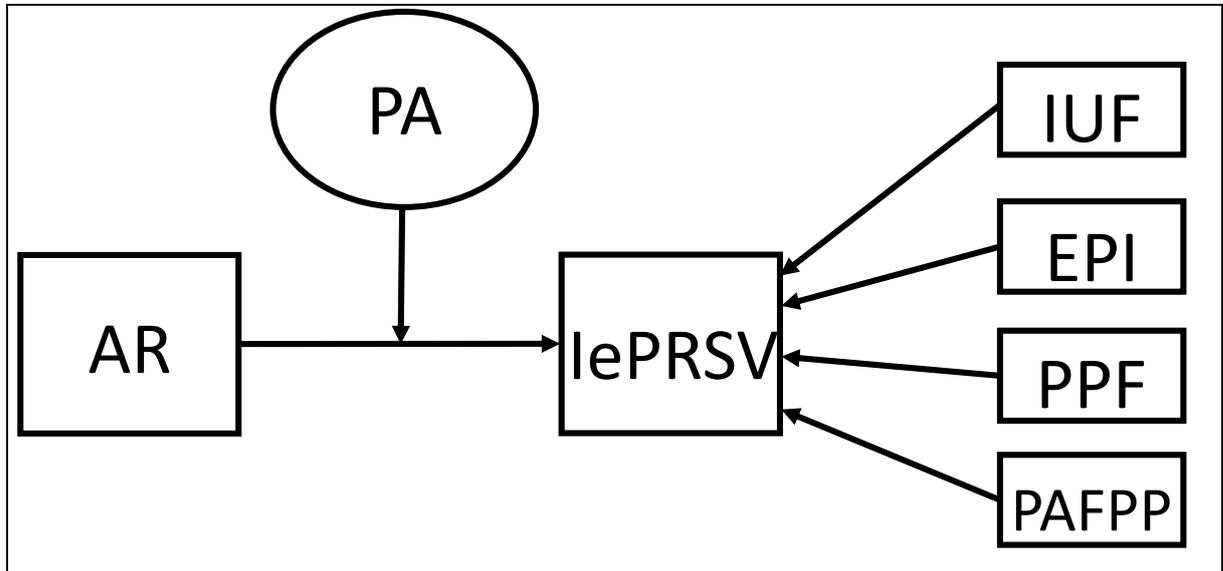
### 3.2 Variáveis e medidas

O modelo teórico proposto é apresentado na Figura 1, que envolve: percepção de anonimato (PA), atitudes em relação a riscos (AR), intenção de e-participação através de rede social virtual (IePRSV) e as variáveis de controle: intensidade de uso do Facebook (IUF), eficácia política interna (EPI), percepção de perseguição ideológica no Facebook (PPF) e percepção de adequação do Facebook como plataforma política (PAFPP).

Apresentaremos, em seguida, as variáveis já mencionadas no referencial teórico, identificando como foram operacionalizadas. Ressalta-se, no entanto, que a variável percepção de anonimato é uma variável latente no modelo, tendo sido manipulada indiretamente, enquanto que as demais variáveis foram observadas. Também introduziremos, nas próximas subseções, as variáveis de controle, que entraram no modelo devido as relações encontradas na literatura

entre elas e a e-participação, bem como em razão de algumas serem particularmente importantes no contexto do experimento que fora desenvolvido.

Figura 1 – Modelo teórico



Fonte: Elaboração própria.

### 3.2.1 E-participação e o contexto brasileiro

Para mensurar a e-participação, levamos em consideração as seguintes observações:

a) Por se tratar de um campo relativamente novo, falta consenso na literatura quanto ao conceito de e-participação e, conseqüentemente, quanto as ações que podem ser classificadas como e-participação (SUSHA; GRÖNLUND, 2012). b) Em razão da diversidade de temas políticos que são debatidos na sociedade, as pessoas tendem a se engajar nos assuntos que consideram mais interessantes ou que podem afetá-las pessoalmente (e.g., BOLSEN; LEEPER, 2013).

As notícias divulgadas pela mídia, sobretudo através da internet, são meios de aquisição de conhecimento sobre as questões de interesse público (CAMAJ, 2014). Na literatura, verifica-se que há uma forte associação entre o uso de notícias da mídia e a participação política (e.g., NORRIS, 2000; SCHEUFELE, 2002). Além disso, apesar do crescimento das mídias alternativas, as grandes agências de notícias continuam desempenhando um papel importante na produção de conteúdo para as redes sociais (i.e., NEWMAN, 2011; PEW RESEARCH CENTER, 2015).

Como exposto por Vraga *et al.* (2015), é importante, ao mensurar engajamento no Facebook, considerar os tópicos políticos que fazem com que as pessoas queiram se envolver

durante suas atividades online. Dessa forma, verifica-se que nos últimos anos graves escândalos de corrupção dominaram a pauta do noticiário político brasileiro, a exemplo do Mensalão (SIMÕES, 2012). Em 2015, após o surgimento da Operação Lava Jato e o que foi denominado Petrolão (CORRUPTION, 2015), o tema corrupção atingiu o *status* de maior problema do país, segundo os próprios brasileiros (DATAFOLHA, 2015). Os escândalos de corrupção no país foram apontados como um dos fatores responsáveis pelas manifestações populares em 2013 e 2015 (FARAH, 2015).

No Facebook, os três tópicos mais mencionados do ano foram acerca do governo Dilma Rousseff, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do escândalo da Petrobras (FACEBOOK, 2015), o que evidencia a forte presença do tema corrupção na rede social em 2015. Devido a isso, escolhemos a corrupção como tema para compor a mensuração da e-participação neste estudo. Conforme verificamos acima, o assunto corrupção possui características importantes no âmbito deste estudo, que são: um tópico muito debatido na rede social e com impacto direto sobre a vida dos brasileiros em geral.

Sendo assim, operacionalizamos o instrumento para medição da intenção de e-participação no Facebook através da elaboração de uma lista com dez notícias sobre corrupção, retiradas do próprio Facebook, e que foram publicadas por agências de notícias de prestígio no cenário nacional ou regional. As notícias tratam de corrupção nos seguintes contextos: política nacional, política local, organizações privadas, associações desportivas, organizações intergovernamentais e entidades religiosas. Solicitamos que os participantes imaginassem as referidas notícias em suas linhas do tempo (i.e., página inicial de seus perfis) e que, em seguida, marcassem as notícias com as quais gostariam de interagir se a funcionalidade Reações já estivesse disponível no Facebook.

### 3.2.2 Atitudes em relação a riscos no contexto da participação política

Utilizamos o Índice de Aceitação de Risco desenvolvido por Kam (2012), que é composto por sete questões e foi elaborado a partir da reunião de instrumentos vindos da Ciência Política, Sociologia e Psicologia. O índice foi validado e mostrou-se estável, correlacionado com outras medidas de aceitação de risco e com a vantagem de ser mais compacto que os anteriores.

Elaboramos a tradução da escala através de discussões entre os pesquisadores do GTIS (Grupo de Pesquisa em Tecnologia da Informação e Sociedade), grupo de pesquisa

vinculado à UFPB, que deu suporte para a execução deste trabalho. Além disso, modificamos a escala de duas questões em relação ao índice original, com o objetivo de deixar todas variando em cinco categorias, o que possibilitou as análises estatísticas descritas na seção 4.2. A primeira questão variava, no índice original, de 1 a 7. Já a última questão variava de 1 a 4, conforme se observa no estudo de Kam (2012). Com as modificações, o Índice de Aceitação de Risco utilizado está disponível no Quadro 1. Algumas questões estão com a escala invertida, assim como no estudo original, cujo motivo é evitarmos viés de aquiescência, que é a tendência do indivíduo concordar com o primeiro item, ou mesmo o último, simplesmente pela posição e não pelo seu conteúdo.

Quadro 1 - Índice de Aceitação de Riscos

Questões	Escala (1-5)
1. Algumas pessoas dizem que você deve ter cuidado ao fazer grandes mudanças na vida. Suponha que essas pessoas estejam no número 1. Outras pessoas dizem que você nunca alcançará algo na vida a menos que aja com audácia. Suponha que essas últimas estão no número 5. Outras pessoas possuem pontos de vista entre esses dois extremos. Qual a sua posição nessa escala?	Varia entre agir com cautela e agir com audácia.
2. Imagine que você está jogando roleta em um cassino e foi um grande vencedor na terceira ou quarta rodada. Você seria favorável a continuar jogando ou a receber seus ganhos imediatamente?	Varia entre definitivamente receber ganhos e definitivamente continuar jogando.
3. Eu gosto de explorar lugares desconhecidos. 4. Eu gosto de fazer coisas que dão medo. 5. Eu gosto de experiências novas e excitantes, ainda que eu tenha que quebrar as regras. 6. Eu prefiro amigos que sejam estimulantes e imprevisíveis.	Variam entre discordo totalmente e concordo totalmente.
7. Em geral, o quanto é fácil ou difícil para você aceitar riscos?	Varia entre muito difícil e muito fácil.

Fonte: Adaptação de Kam (2012).

### 3.2.3 Percepção de anonimato e operacionalização do estímulo experimental

A percepção de anonimato foi manipulada em dois momentos no grupo experimental. Na primeira etapa do experimento, quando foi apresentada a funcionalidade Reações e sua característica de garantir o anonimato de quem interage. E na segunda etapa, quando reforçamos as mesmas características, conforme consta na seção 3.5. Portanto, manipulou-se a percepção de anonimato através dos materiais utilizados (i.e., *slides* e questionário) e do discurso dos pesquisadores.

### 3.2.4 Variáveis de controle

Segundo Aronson *et al.* (1990), um estudo experimental que complementa a seleção aleatória dos participantes com o controle de variáveis que medem diferenças individuais, desde que encontradas as evidências, adiciona precisão ao experimento. O propósito, continua o autor, não é o de verificar o efeito das diferenças individuais sobre a variável resposta, mas simplesmente medi-las para determinar a generalidade dos efeitos da verdadeira variável independente, ou para diminuir a variabilidade não explicada (erro estatístico) no experimento. No nosso caso, as variáveis de controle utilizadas foram: eficácia política interna, intensidade de uso do Facebook, percepção de adequação do Facebook como plataforma política e percepção de perseguição ideológica no Facebook.

#### 3.2.4.1 Intensidade de uso do Facebook

Usamos a escala proposta por Ellison *et al.* (2007), cujo objetivo é mensurar a extensão na qual os participantes estão engajados nas atividades do Facebook. Em estudos anteriores, a intensidade de uso do Facebook aparece como um dos fatores associados à participação política naquela plataforma (VITAK *et al.*, 2011). Assim, a escala composta pelos itens originais foi discutida e traduzida pelo grupo de pesquisa ao qual este pesquisador é vinculado, resultando nas questões e proposições que seguem no Quadro 2.

Quadro 2 – Índice de intensidade de uso do Facebook

Questões e Proposições	Escala
1. Quantos contatos (amigos, conhecidos, familiares, e outros), ao total, você possui na sua rede?	8 categorias
2. Na última semana, quantos minutos, em média, você passou no Facebook?	8 categorias
3. O Facebook está entre as atividades do meu dia a dia. 4. Eu tenho orgulho de dizer às pessoas que tenho Facebook. 5. O Facebook acabou se tornando parte da minha rotina diária. 6. Eu me sinto isolado quando passo um tempo sem entrar no Facebook. 7. Eu me sinto parte da comunidade do Facebook. 8. Eu ficaria triste se o Facebook acabasse.	Respostas de 1 a 5, variando entre discordo totalmente e concordo totalmente

**Fonte:** Adaptado de Ellison *et al.* (2007).

#### 3.2.4.2 Eficácia política interna

A eficácia política interna, definida como a crença que o indivíduo tem de que dispõe dos meios necessários para afetar o processo político (ANDERSON; TVERDOVA, 2001), é um construto importante para a predição da participação política, extensamente estudado na literatura (e.g., MORRELL, 2005). Segundo De Zúñiga *et al.* (2012), a eficácia política interna fornece um incentivo psicológico para a participação em geral, inclusive nas redes sociais.

Operacionalizamos a medida dessa variável através de uma única proposição, como sugerem alguns pesquisadores (i.e., DE ZÚÑIGA; JUNG; VALENZUELA, 2012). Assim, a proposição foi “Eu penso que compreendo muito bem os assuntos políticos importantes que o nosso país está enfrentando” e a resposta de 1 a 5, variando entre discordo totalmente e concordo totalmente.

#### 3.2.4.3 Percepção de adequação do Facebook como plataforma política

Vitak *et al.* (2011) sugerem que existe uma associação entre a crença de que é apropriado usar o Facebook com propósitos políticos e a quantidade de atividades políticas com as quais o indivíduo se engaja na rede social. Para medir essa percepção de adequação incluímos a proposição “Eu acredito que o Facebook é uma plataforma adequada para compartilhar crenças políticas”, cuja resposta variou numa escala de 1 a 5, entre discordo totalmente e concordo totalmente.

#### 3.2.4.4 Percepção de perseguição ideológica no Facebook

Como já mencionamos nesta pesquisa, encontra-se na literatura que o anonimato facilita a comunicação incivil, muitas vezes dando oportunidade para a expressão de opiniões extremas e preconceituosas que podem prejudicar a comunicação através da perda de confiança do usuário no canal. Criamos este controle porque consideramos que experiências anteriores de conflitos incivis em ambientes anônimos na internet poderiam produzir efeitos sobre as variáveis que se pretende investigar, alterando sistematicamente nossas conclusões. Para medir essa variável, nós utilizamos a seguinte proposição: “Eu já me senti perseguido ou hostilizado

por ter exposto minha opinião no Facebook”. As respostas variaram de 1 a 5, entre concordo totalmente e discordo totalmente.

### 3.3 Participantes

Os participantes foram recrutados voluntariamente na instituição em que eles trabalham. Trata-se de uma instituição militar que atua na segurança pública, cuja área de atuação é considerada uma das mais arriscadas do serviço público brasileiro (e.g., SOUZA; MINAYO, 2005). Estudos mostram que indivíduos em ocupações de alto risco correlatas geralmente conhecem os riscos aos quais estão submetidos (GARZÓN *et al.*, 2015) e desenvolvem atitudes em relação a riscos através de informações e experiências profissionais (BELLROSE; PILISUK, 1991). É esperado, portanto, que os pesquisados compartilhem entre si percepções de risco em comum acerca de diferentes temas.

Um fato importante que deve ser levado em consideração ao estudarmos os indivíduos destas organizações é que eles estão submetidos a normas éticas imponderáveis, que passam, inclusive, pela regulação da participação política. Por exemplo, normas internas de uma organização militar estadual brasileira<sup>7</sup> (CEARÁ, 2003) reprovam condutas como as seguintes: 1) desconsiderar ou desrespeitar, em público ou pela imprensa, os atos ou decisões das autoridades civis ou dos órgãos dos poderes constituídos ou de qualquer de seus representantes; 2) discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos, militares ou policiais, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado.

Nas próprias leis que regulamentam a conduta ética desses profissionais é possível verificar que as punições podem variar desde uma repreensão verbal até a retenção da liberdade do indivíduo, que fica detido numa unidade militar. Além disso, as sanções servem para classificar os militares entre aqueles que se comportam bem e os que se comportam mal, o que gera repercussões importantes do ponto de vista da progressão na carreira e da aptidão para receber benefícios organizacionais. Dessa forma, independentemente das características individuais de cada participante, todos estão submetidos a uma norma profissional que restringe, em algum nível, a participação política.

Os participantes estão em fase de treinamento para a atuação profissional. Entramos em contato com a direção da instituição, informando nosso interesse em fazer uma pesquisa

---

<sup>7</sup> Os códigos disciplinares dos militares estaduais no Brasil são baseados no código disciplinar do Exército Brasileiro e, de modo geral, possuem a maioria das regras e sanções em comum.

com alguns dos seus membros. Esclarecemos os interesses da pesquisa apenas para o diretor, que concordou com a realização da pesquisa e aceitou manter confidencialidade sobre os nossos objetivos.

Em seguida visitamos as dependências da instituição, onde buscou-se por voluntários para a pesquisa, informando aos servidores públicos que faríamos uma pesquisa, porém sem fornecer maiores detalhes. Informamos apenas que os pesquisadores eram representantes de um grupo de pesquisa científica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Dessa forma, reunimos um total de 30 voluntários, cujo perfil demográfico pode ser visto na seção 4.1.1. Mediante consultas à direção da organização e aos voluntários, marcamos uma primeira data para a realização da pesquisa, que, no entanto, não foi concretizada devido a um imprevisto ocorrido na instituição. Nessa ocasião, entramos em contato com os voluntários e informamos a necessidade de remarcar a data da pesquisa. Perguntamos a todos se o cancelamento os havia prejudicado de alguma forma, mas não houve nenhuma queixa e todos concordaram em remarcar o dia da pesquisa.

### 3.4 Construção de experimento para a pesquisa

Escolhemos utilizar a funcionalidade Reações do Facebook porque ela não era conhecida pela maioria dos brasileiros e, ainda que se tivesse notícia de sua existência, conhecer como funcionava na prática era, até a data do experimento, especulação. Em outubro de 2015, o Facebook anunciou a criação das Reações, mostrando que seriam alternativas para o botão “curtir”<sup>8</sup> (LUNDEN, 2015). Foram apresentados os *emojis*, no entanto, não explicaram os detalhes da funcionalidade. Considerando essa lacuna, elaboramos o tratamento experimental para a variável percepção de anonimato. O botão curtir foi criado em 2009, como um atalho para comentários do tipo “impressionante” e “parabéns” (GERLITZ; HELMOND, 2013). As Reações possuem vantagem em relação aos botões tradicionais curtir e compartilhar no que diz respeito a sua capacidade de comunicar emoções negativas, como tristeza e raiva, de forma rápida e intuitiva. Como poderá ser verificado na próxima seção, utilizamos notícias de jornais de repercussão nacional ou regional para mensurar a intenção de participação política no Facebook. Uma das vantagens de termos utilizado as Reações nesta pesquisa é que, nos casos em que o indivíduo discordasse da notícia, mas houvesse interesse em se expressar, haveria a opção de interagir através de uma emoção negativa. Optamos, no entanto, por contabilizar

---

<sup>8</sup> A relevância do botão curtir como forma de expressão política nas redes sociais é exposta com clareza na pesquisa de Brandtzaeg (2015).

apenas o quantitativo de intenções. Dessa forma, solicitamos que cada participante marcasse as notícias com as quais gostariam de interagir através da nova funcionalidade, sem especificar qual seria a reação.

Buscando evitar os efeitos de demanda, fornecemos uma hipótese falsa para os participantes sobre os motivos do experimento. Essa técnica, conforme explicam Aronson *et al.* (1990), é uma das mais comuns e faz com que os participantes procurem modificar seu comportamento para dar suporte ou refutar uma hipótese incorreta, permitindo, assim, que os resultados do teste experimental não sejam afetados de forma sistemática. A hipótese falsa utilizada foi a de que estávamos conduzindo uma pesquisa de opinião sobre a funcionalidade Reações do Facebook. Para manter a coerência dessa história fictícia, incluímos na primeira página do questionário um modelo de pesquisa de opinião sobre as Reações, bem como dissemos que os participantes, antes de avaliarem a nova funcionalidade, iriam ter acesso a um simulador produzido pelo Facebook.

Fizemos o pré-teste do experimento com cinco indivíduos, que eram alunos de graduação, mestrado e doutorado vinculados ao GTIS. Três dos participantes não tinham nenhuma informação sobre os procedimentos deste experimento. Isso possibilitou dar maior clareza ao questionário empregado e aprimorar os procedimentos do experimento. No pré-teste, foi possível verificar que a *cover story* atingiu o efeito desejado, tendo sido considerada coerente pelos participantes.

Como os pesquisadores são variáveis importantes (ARONSON, 1990), tomamos algumas medidas para minimizar esse tipo de influência durante o experimento. Apenas um dos pesquisadores que aplicaram o experimento conhecia a *cover story*. Todos os procedimentos, nas duas etapas do experimento, foram explicados aos participantes por esse mesmo pesquisador. A função do pesquisador assistente, que não conhecia a *cover story*, está descrita na próxima seção.

### 3.5 Procedimentos

Chegamos cerca de 30 minutos antes do combinado com os participantes e organizamos as salas, colocando a identificação nas portas das salas de aula que seriam utilizadas e preparando a infraestrutura para exibição dos *slides* que seriam apresentados em cada sala. Também separamos e misturamos os dois tipos de questionários aleatoriamente, deixando-os sobre um banco. Um pesquisador assistente nos auxiliou durante todo o experimento, ficando responsável pela parte operacional, como a organização dos

questionários, acolhimento de dúvidas, entrega de material, etc. O pesquisador assistente não conhecia o objetivo real da pesquisa. Para ele, foram fornecidas as informações necessárias para a execução de suas funções durante a coleta de dados, além de algumas informações fictícias que também seriam repassadas para os participantes. Apenas após a coleta, é que esclarecemos tudo para todos os envolvidos, inclusive o pesquisador assistente, conforme relataremos nos detalhes que seguem abaixo. As instruções que foram dadas aos participantes constam no Apêndice E.

Inicialmente, reunimos todos os participantes e contamos que a pesquisa era promovida pelo Facebook Brasil em parceria com nosso grupo de pesquisa da UFPB. Em ato contínuo, fornecemos as seguintes informações:

- a) O Facebook tinha acabado de implementar uma nova funcionalidade de interação nos EUA e em outros países da Europa, como Portugal e Espanha.
- b) Antes de implementar as novidades no Brasil, o Facebook decidiu fazer uma pesquisa de opinião em diversas capitais brasileiras para saber como os usuários iriam reagir às mudanças que aconteceriam na rede social.
- c) Na Paraíba, a instituição responsável por aplicar a pesquisa foi a UFPB.
- d) A pesquisa seria composta por duas partes: a primeira em sala de aula, onde eles iriam preencher parte dos questionários, e a segunda no laboratório de informática da instituição onde eles trabalham.
- e) Sobre a segunda etapa da pesquisa, dissemos que eles teriam acesso a um software para PC disponibilizado pelo Facebook, que permitiria a simulação da nova funcionalidade de interação.
- f) Seria fornecido um tempo para que cada participante pudesse acessar o software e testar a nova funcionalidade. Logo em seguida, eles iriam responder o questionário principal, que trata da avaliação pessoal da nova funcionalidade da rede social.

Em seguida, tendo sido os questionários empilhados previamente sobre um banco, de modo aleatório, solicitamos que cada participante pegasse um dos questionários. Informamos que eles seriam separados em duas salas de aula para que pudéssemos dar maior assistência durante o preenchimento dos questionários. Pedimos, então, que eles observassem a letra que estava em caixa alta no alto da primeira folha. Se a letra fosse A, eles iriam para a sala identificada com um A, se fosse B, iriam para a B. Quando todos estavam com seus questionários, solicitamos que eles se dirigissem para suas respectivas salas.

Ao se acomodarem nas carteiras, entregamos um chocolate para cada um dos participantes. A apresentação dos *slides* foi feita por este pesquisador, em ambas as salas. A primeira sala foi a denominada de A, onde foi feito o tratamento experimental. Ao terminar a primeira parte da pesquisa nessa sala, que durou cerca de vinte minutos, este pesquisador deixou os participantes preenchendo os questionários e trocou de lugar com o pesquisador assistente. Em seguida, este pesquisador procedeu a primeira parte da pesquisa com o grupo controle, enquanto o pesquisador assistente acompanhou o preenchimento do questionário na sala A.

As instruções da primeira etapa, bem como as da segunda etapa da pesquisa foram detalhadas no anexo Apêndice E, tal qual os *slides* utilizados estão no Apêndice C, mas, de modo geral, se resumem da seguinte forma, segundo os respectivos grupos:

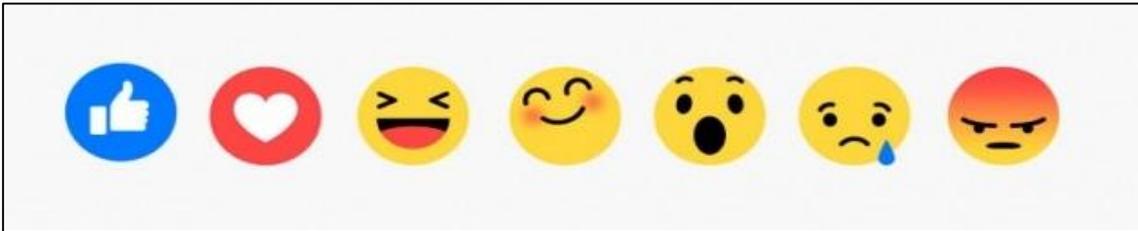
### 3.5.1 Primeira etapa do experimento

#### Grupo Experimental:

- a) Breve recapitulação dos objetivos da pesquisa, destacando que a primeira folha do questionário (avaliação da funcionalidade) seria respondida apenas após o acesso ao software de simulação do Facebook, na segunda etapa.
- b) Lembramos aos participantes que a participação na pesquisa era voluntária e que, sendo assim, eles poderiam, a qualquer momento, sair ou deixar de responder o questionário. Além disso, informamos que as respostas assinaladas permaneceriam anônimas, motivo pelo qual eles não deveriam assinar.
- c) Exibição de vídeo para *priming*. O objetivo foi mostrar o tema da pesquisa de forma descontraída e, ao mesmo tempo, fornecer um modelo mental que facilitasse a elaboração das tarefas que viriam em seguida. O *link* para o vídeo está divulgado no Apêndice A.
- d) Apresentação da nova funcionalidade, chamada Reações, como forma de interação alternativa ao botão curtir, conforme Figura 2.
- e) Explicação das Reações como uma funcionalidade que, diferentemente do botão curtir anterior, não permite a identificação pessoal de quem interage. Isso foi feito através da comparação entre o botão curtir que está em vigor no Brasil (Figuras 3 e 4) e imagens reais da funcionalidade Reações em uso na rede social dos EUA (Figuras 5 e 6). Comunicamos o fato de não ser mais possível listar os usuários que haviam curtido, ou utilizado qualquer das Reações, em uma publicação. Com a mudança, as Reações são identificadas numa publicação apenas pelo quantitativo total de cada tipo de reação.

- f) Comparamos o anonimato entregue pelas Reações com o anonimato das avaliações de vídeos no Youtube, onde os usuários podem avaliar positivamente ou negativamente qualquer vídeo, sem ser identificado por sua avaliação e sendo apresentado apenas o quantitativo total de cada tipo de avaliação, conforme Figura 7.
- g) Solicitamos o preenchimento das páginas 2 e 3 do questionário.

Figura 2 – Funcionalidade reações do Facebook



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 3 – Funcionalidade curtir do Facebook



Fonte: Adaptado da página MegaCurioso no Facebook<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/megacurioso/>> Acesso em jan. 2016.

Figura 4 – Identificação de quem curtiu no Facebook



Fonte: Adaptado do Facebook pelo próprio autor.

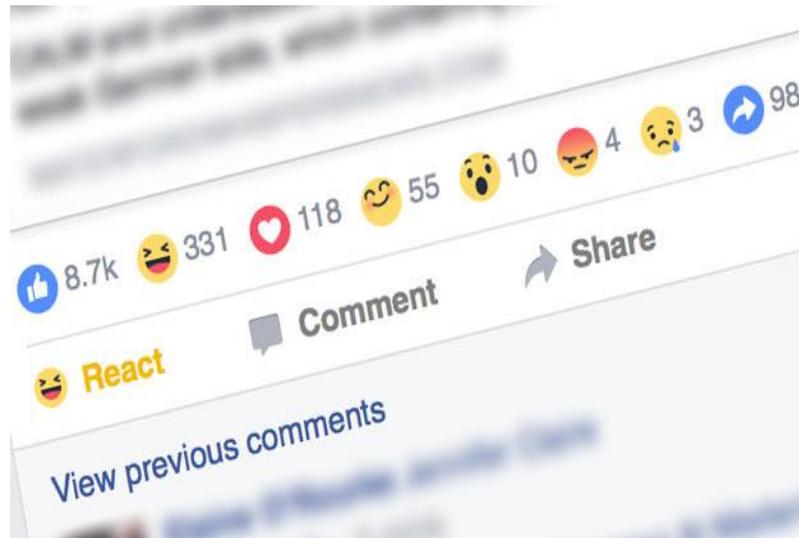
Figura 5 – Imagem das reações no Facebook



Fonte: Página de Mark Zuckerberg no Facebook<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/zuck>> Acesso em jan. 2016.

Figura 6 – Quantitativo de reações do Facebook



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 7 – Funcionalidade curtir no Youtube



Fonte: Adaptado do canal Manual do Mundo no Youtube<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7d4GhLCHQ20>> Acesso em dez. 2015.

### Grupo Controle:

Os procedimentos para o grupo controle são os mesmos detalhados anteriormente em A, B, C, D e G do Grupo Experimental, ficando de fora os procedimentos E e F, que são relativos à manipulação da variável percepção de anonimato.

#### 3.5.2 Segunda etapa do experimento

Para a segunda etapa da pesquisa, este pesquisador procedeu como na primeira parte, trocando de sala com o pesquisador assistente, que nesse momento ficou acompanhando o preenchimento da primeira parte da pesquisa pelos participantes do grupo controle. Os procedimentos adotados na segunda etapa podem ser resumidos da seguinte forma, segundo os diferentes grupos:

### Grupo Experimental:

- a) Explicamos que o *software* para simulação, disponibilizado pelo Facebook Brasil, só permitia a inclusão de no máximo dez publicações.
- b) Lembramos a todos que a pesquisa está sendo realizada em outras capitais do país. Informamos então que cada capital escolheu um único tema para a escolha das publicações que seriam inseridas no simulador.
- c) Explicamos que um dos objetivos da pesquisa era saber se os temas escolhidos para as publicações teriam algum impacto sobre a avaliação que os usuários fazem da nova funcionalidade.
- d) Informamos que o tema escolhido por nosso grupo de pesquisa foi o da corrupção, que foi um dos temas mais comentados na rede social no ano de 2015.
- e) Apresentamos a questão 21 do questionário, informando que eram as dez notícias sobre corrupção que constavam no simulador. Informamos que foram retiradas do próprio Facebook, através de páginas de diferentes jornais de cobertura regional e nacional. Solicitamos que, como etapa prévia à simulação das Reações, todos lessem as publicações e marcassem as notícias com as quais eles gostariam de interagir através das Reações se elas já estivessem disponíveis.

f) Relembramos as características das Reações: novas formas de interagir com as publicações na rede social, compostas por alternativas ao botão curtir e ausência de identificação pessoal.

#### Grupo Controle:

Os procedimentos para o grupo controle são os mesmos detalhados anteriormente para o grupo experimental, exceto o procedimento F, que diz respeito ao tratamento experimental. No grupo controle, a diferença é que a característica do anonimato, ou da ausência de identificação pessoal, não foi apresentada, sendo ressaltado apenas o fato de as novas reações serem alternativas ao botão curtir.

Solicitamos aos participantes que, ao terminarem a tarefa proposta, levassem seus questionários para o lado de fora das salas, onde aguardariam o encaminhamento para a sala de informática, a fim de utilizarem o simulador da funcionalidade Reações. Esse pretexto foi utilizado para manter a coerência da *cover story*.

Quando todos haviam terminado, em ambas as salas, nos dirigimos, em um único grupo, até o anfiteatro da instituição, onde foi possível fazer uma entrevista pós-experimento, obtendo *feedbacks* e esclarecendo as verdadeiras intenções dos pesquisadores. Buscou-se ter certeza de que todos haviam entendido os reais objetivos da pesquisa, bem como o porquê de termos divulgado informações falsas durante o experimento. Nenhum dos participantes demonstrou qualquer insatisfação ou desconforto, tendo sido registradas todas as respostas obtidas na entrevista, que está disponível no Apêndice G. Distribuiu-se entre os participantes, em ato contínuo, os documentos necessários para a autorização da utilização dos dados coletados pelos pesquisadores.

### 3.6 Materiais diversos

Além dos materiais já detalhados, utilizamos os que seguem abaixo listados.

- *Slides (Apêndice C);*
- *Check-list (Apêndice D);*
- *Roteiro de intervenções durante o experimento (Apêndice E);*
- *Roteiro de entrevista pós-experimento (Apêndice F);*

- Vídeo para *priming* (Apêndice H).

### 3.7 Análise de dados

Os resultados obtidos com a aplicação do questionário foram tabulados e analisados através dos softwares estatísticos AMOS (do inglês, Analysis of Moment Structures) e R.

Fizemos a análise descritiva dos dados e, em seguida, testamos as hipóteses do estudo. A seguir, descrevemos as técnicas estatísticas utilizadas para testar as hipóteses.

#### 3.7.1 Regressão linear

Com o intuito de verificar a associação entre a atitude em relação a riscos e a intenção de e-participação, foi usado o modelo de regressão linear simples, onde considerou-se como variável resposta a intenção de e-participação, e como variável independente atitude em relação a riscos.

A regressão linear é chamada dessa forma porque se considera que a relação de uma variável dependente a uma variável independente é uma função linear dos seus parâmetros. Regressão é uma técnica que permite explorar e inferir a relação de uma variável dependente (variável de resposta) com variáveis independentes específicas (variáveis explicativas). O método de estimação mais utilizado para obter os parâmetros de um modelo de regressão linear simples é o Método dos Mínimos Quadrados. Esse é um método de otimização matemática que procura encontrar o melhor ajuste para um conjunto de dados, tentando minimizar a soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado e os dados observados (tais diferenças são chamadas de erros).

No entanto, neste estudo, antes de propor um modelo de regressão, é importante verificar o grau de correlação entre a variável independente, atitude em relação a riscos, e a variável resposta, intenção de e-participação. Além disso, nem sempre uma correlação elevada entre variáveis indica que faz sentido propor um modelo de regressão. Outros pressupostos também devem ser aceitos, segundo Corrar, Paulo e Dias Filho (2011), tais como: a variável dependente ( $Y_i$ ) deve ser aleatória, os erros devem ser distribuídos aleatoriamente, com distribuição normal, variância constante e que esses sejam independentes ou, ao menos, não correlacionados. Foram traçados gráficos de ajuste da reta para verificar a normalidade das variáveis. Em seguida, foi feita a análise de diagnóstico dos resíduos e procedeu-se o ajuste da reta de regressão linear.

Para se estimar o valor esperado, usa-se de uma equação, que determina a relação entre ambas as variáveis:

$$Y_i = \alpha + \beta x_i + \epsilon_i \quad \text{Eq.(2)}$$

Em que:

$Y_i$  - Variável explicada (dependente); é o valor que se quer atingir;

$\alpha$  - É uma constante, que representa a interceptação da reta com o eixo vertical Y;

$\beta$  - É outra constante, que representa o declive da reta;

$x_i$  - Variável explicativa (independente), que representa o fator explicativo na equação;

$\epsilon_i$  - Variável que inclui todos os fatores residuais mais os possíveis erros de medição. O seu comportamento é aleatório, devido à natureza dos fatores que encerra.

### 3.7.2 Anova

A fim de verificar se há diferença entre os grupos experimental e controle com relação à intenção de e-participação, foi realizada uma análise de variância simples (One way ANOVA), que tem por objeto a comparação de dois grupos de observação classificados através de um só fator. Esse método mostra se a diferença observada entre as duas médias amostrais é em razão de variações aleatórias específicas das amostras ou se é em razão dos dados serem provenientes de populações onde as médias são, de fato, diferentes. Os grupos foram pré-determinados a partir de uma experiência com efeitos aleatórios.

A aplicação da análise de variância (ANOVA) pressupõe a verificação de alguns pressupostos, designadamente: a normalidade da sua distribuição, a homoscedasticidade da variância e a independência dos resíduos. Além disso, a análise de variância só pode ser aplicada quando a variável dependente admite pelo menos a escala de intervalos como nível de medida.

As hipóteses para realização da ANOVA são:

$$\left\{ \begin{array}{l} H_0: \mu_1 = \mu_2 \quad , \text{ ou seja, não existe diferença entre as médias dos tratamentos.} \\ H_1: \mu_1 \neq \mu_2 \quad , \text{ ou seja, existe diferença entre as médias dos tratamentos.} \end{array} \right.$$

A estatística F obtida pelo teste é comparada com o valor tabelado da distribuição F e rejeitaremos  $H_0$  se  $F > \alpha$ ,  $\alpha$  determinado pelo nível de significância, que neste estudo é 0,05.

### 3.7.3 Modelagem de equações estruturais

Neste estudo, realizou-se a técnica de Modelagem de Equações Estruturais (MEE), que é usada para testar a validade de modelos teóricos que definem relações causais, hipotéticas, entre variáveis. A MEE consiste na estimação simultânea de uma série de equações de regressão linear múltipla. Além disso, essa é uma técnica recomendada para testar a hipótese de moderação de uma variável dicotômica sobre uma variável independente contínua (BARON; KENNY, 1986) que é o caso de H2, conforme o modelo teórico e as formas de mensuração que foram adotadas.

A significância do modelo de mensuração foi verificada pela confiabilidade individual dos coeficientes de regressão padronizados, sendo verificada a confiabilidade para coeficientes com significância inferior a 1% ( $p$ -valor  $< 0,01$ ) e carga considerada forte ( $> 0,50$ ).

O modelo teórico proposto a ser testado pela MEE é o apresentado na Figura 1 (p. 22), que envolve: percepção anonimato (PA), atitudes em relação a riscos (AR), intenção de participação através de rede social virtual (IERSV) e as variáveis de controle: intensidade de uso do Facebook (IUF), eficácia política interna (EPI), percepção de perseguição ideológica no Facebook (PPF) e percepção de adequação do Facebook como plataforma política (PAFPP). O modelo proposto especifica a trajetória de causa unidirecional, denominado modelo recursivo.

A análise da MEE foi conduzida pelo método da Máxima Verossimilhança (MV). Bentler e Yuan (1999) esclarecem que a vantagem da estimação por máxima verossimilhança é sua aplicação em pequenas amostras, com número de observações pouco maiores que o número de variáveis incluídas no modelo. Os mesmos autores, no entanto, apontam a desvantagem: a necessidade de normalidade multivariada para não se produzir distorções. Sendo assim, verificamos esse requisito através dos testes Royston e Shapiro-Wilk. Ambos permitem verificar a normalidade multivariada; no entanto, o teste Royston é especialmente útil para amostras pequenas (MECKLIN; MUNDFROM, 2005).

A análise por máxima verossimilhança consistiu de duas etapas: a primeira forneceu o ajuste para o modelo de mensuração das variáveis; já na segunda etapa, foi verificado o ajuste

do modelo estrutural, por meio de vários indicadores de ajuste absoluto e relativo. Os resultados da modelagem, ou seja, os coeficientes padronizados (CP) foram interpretados de acordo com Kline (2005).

#### 3.7.4 Outros métodos estatísticos

O coeficiente alfa de Cronbach foi definido por Lee J. Cronbach (1951) como um índice utilizado para medir a confiabilidade do tipo consistência interna de uma escala, ou seja, para avaliar a magnitude em que os itens de um instrumento estão correlacionados. Segundo Streiner (2003) o valor mínimo aceitável é para o alfa é 0,70; abaixo desse valor a consistência interna da escala utilizada é considerada baixa. Em contrapartida, o valor máximo esperado é 0,90; acima desse valor, pode-se considerar que há redundância ou duplicação, ou seja, vários itens estão medindo exatamente o mesmo elemento de um construto.

## 4. RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

### 4.1 Descrição da amostra

#### 4.1.1 Variáveis demográficas

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas da amostra. Dos 30 respondentes, a maioria é do sexo masculino (63,3%), nasceu em João Pessoa (53,3%) e possui ensino superior completo ou em andamento (83,3%). Com relação à faixa etária, a maioria dos participantes possui entre 25 e 27 anos (33%) e são seguidos pelos que possuem entre 18 e 20 anos (27%). A maioria possui renda familiar entre R\$ 2.364,01 e R\$ 7.092,00 (63,3%). Ainda sobre o local de origem dos pesquisados, a mostra é bastante diversificada, contendo indivíduos de diversos estados brasileiros (Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima).

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

Variáveis	Categorias	Grupo		%
		Experimental	Controle	
<b>Sexo</b>	Feminino	9	7	36,7%
	Masculino	6	8	63,3%
<b>Municípios</b>	João Pessoa	3	8	53,3%
	Outros Municípios	12	7	46,7%
<b>Faixa etária</b>	18 - 20	5	3	27,0%
	21 - 24	3	4	23,0%
	25 - 27	3	7	33,0%
	28 - 30	4	1	17,0%
<b>Escolaridade</b>	Ensino Superior Completo/Cursando	15	15	83,3%
	Ensino Médio Completo/Cursando	0	5	16,7%
<b>Renda familiar</b>	Entre R\$ 788,01 até R\$ 2.364,00	2	0	6,7%
	Entre R\$ 2.364,01 até R\$ 4.728,00	4	6	33,3%
	Entre R\$ 4.728,01 até R\$ 7.092,00	3	6	30,0%
	Entre R\$ 7.092,01 até R\$ 9.456,00	1	2	10,0%
	Mais de R\$ 9.456,00	5	1	20,0%

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.1.2 Atitudes em relação a riscos

Os participantes, em média, eram mais propensos a aceitar riscos, como podemos ver na Tabela 2. Isso é explicado pelas características da amostra. Como mostra a revisão de Roberti (2004), idade (mais jovens), gênero (masculino) e escolha vocacional (profissões de alto risco) são fatores relacionados com traços individuais de busca por sensações intensas, que é um dos construtos presentes na escala utilizada aqui para mensurar atitudes em relação a risco. Nesse caso, além de idade e gênero favorecerem esses resultados, a ocupação dos indivíduos, uma das mais arriscadas do serviço público, também indica para a adequabilidade dos dados obtidos.

Tabela 2 – Resumo das atitudes em relação a riscos

Questão	Item individual e escala	Média	DP
Índice de aceitação de risco ( $\alpha$ de Cronbach = 0,79)		0,66*	0,19*
12 -A	Algumas pessoas dizem que você deve ter cuidado ao fazer grandes mudanças na vida. Suponha que essas pessoas estejam no número 1. Outras pessoas dizem que você nunca alcançará algo na vida a menos que aja com audácia. Suponha que essas últimas estão no número 5. Outras pessoas possuem pontos de vista entre esses dois extremos. Qual a sua posição nessa escala? Escala de 1 a 5, onde: 1= agir com cautela e 5 = agir com audácia.	3,17	0,87
12 - B	Imagine que você está jogando roleta em um cassino e foi um grande vencedor na terceira ou quarta rodada. Você seria favorável a continuar jogando ou a receber seus ganhos imediatamente? 1 = Definitivamente continuar jogando, 2 = provavelmente continuar jogando, 3 = não tenho certeza, 4 = provavelmente receber ganhos, 5 = definitivamente receber ganhos.	2,16	0,95
13	1. Eu gosto de explorar lugares desconhecidos.	4,20	0,80
	2. Eu gosto de fazer coisas que dão medo.	3,13	1,11
	3. Eu gosto de experiências novas e excitantes, ainda que eu tenha que quebrar as regras.	2,80	1,17
	4. Eu prefiro amigos que sejam estimulantes e imprevisíveis.	2,93	1,14
14	Em geral, o quanto é fácil ou difícil para você aceitar riscos? Escala de 1 a 5, onde 1 = muito fácil e 5 = muito difícil.	2,97	0,76

\*Os resultados de média e desvio padrão totais foram calculados após a padronização dos itens individuais para valores entre 0 e 1. Nota: A menos que tenham sido informadas, as categorias de resposta variam de 1 = discordo totalmente a 5 = concordo totalmente.

**Fonte:** Elaboração Própria.

#### 4.1.3 Variáveis de controle

Dos resultados, 16,7% dos participantes acreditam compreender bem os assuntos políticos importantes que o Brasil enfrenta atualmente, o que mostra um nível muito baixo de eficácia política interna no grupo de indivíduos pesquisado. Sobre a percepção de perseguição ideológica no Facebook, a maioria (60%) disse não ter se sentido perseguido ou hostilizado por ter expressado uma opinião na rede social, enquanto que 23,3% dos participantes responderam que já tinham se sentido perseguidos ou hostilizados pelo mesmo motivo. Em relação à percepção de adequação do Facebook como plataforma política, 76,6% dos participantes se mostraram indiferentes ou em desacordo com a afirmação de que o Facebook seria uma plataforma adequada para compartilhar crenças políticas. Na Tabela 3, é possível verificar, de forma resumida, os resultados obtidos.

Tabela 3 – Estatística descritiva: variáveis de controle

<b>Controles</b>	<b>Categorias</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Eficácia política interna</b> (M = 2,7; DP = 0,952)	1	1	3,3%
	2	14	46,7%
	3	10	33,3%
	4	3	10,0%
	5	2	6,7%
<b>Percepção de perseguição ideológica no Facebook</b> (M = 2,1; DP = 1,539)	1	18	60,0%
	2	2	6,7%
	3	3	10,0%
	4	3	10,0%
	5	4	13,3%
<b>Percepção de adequação do Facebook como plataforma Política</b> (M = 2,67; DP = 1,213)	1	7	23,3%
	2	5	16,6%
	3	11	36,7%
	4	5	16,7%
	5	2	6,7%

**Fonte:** Elaboração própria

Sobre a intensidade e uso do Facebook, a escala possui duas questões que buscam entender o quanto os usuários estão envolvidos em atividades no Facebook e uma questão com escala do tipo Likert, que acessa atitudes em relação ao Facebook para evidenciar o quanto os participantes estão emocionalmente conectados à rede social, bem como o quanto o Facebook faz parte de suas atividades regulares. Os resultados, presentes na Tabela 4, mostram que os participantes passam, em média, entre 31 minutos e 60 minutos por semana conectados no Facebook. A maioria possui entre 201 e 400 amigos virtuais em suas contas na rede social. A média dos itens da escala Likert foi 2,45, mostrando que os participantes, em geral, apresentaram pouca ligação emocional com o Facebook; no entanto, foi possível observar a ocorrência de desvios-padrão altos, como também foram obtidos por Johnston *et al.* (2013).

Tabela 4 – Resultados do índice de intensidade de uso do Facebook

Questão	Item individual e escala	Média	DP
Intensidade de uso do Facebook ( $\alpha$ de Cronbach = 0,803)		3,125	1,64
Q.17	Quantos contatos, ao total, você possui na sua rede? 1 = 10 ou menos 2 = 11 até 50 3 = 51 até 100 4 = 101 até 150 5 = 151 até 200, 6 = 201 até 300 7 = 301 até 400 8 = mais de 400.	6,967	1,71
Q.18	Na última semana, quantos minutos, em média, você passou no Facebook? 1 = menos de 10min 2 = entre 10 e 30min 3 = entre 31 e 60min 4 = entre 1h e 2h 5 = entre 2h 3h 6 = mais de 3h	3,333	1,42
Q.20	O Facebook está entre as atividades do meu dia-a-dia	3,000	1,39
	Eu tenho orgulho de dizer às pessoas que tenho Facebook	2,200	1,03
	O Facebook acabou se tornando parte da minha rotina diária	2,633	1,40
	Eu me sinto isolado quando passo um tempo sem entrar no Facebook	1,667	1,18
	Eu me sinto parte da comunidade do Facebook	2,333	0,88
	Eu ficaria triste se o Facebook acabasse	2,867	1,11

Nota: A menos que tenham sido informadas, as categorias de resposta variam de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

Fonte: Elaboração própria

## 4.2 Teste de hipóteses

### 4.2.1 Associação entre atitudes em relação a riscos e intenção de e-participação

A investigação sobre a associação entre a intenção de e-participação e atitudes em relação a riscos de e-participação foi realizada com a aplicação da regressão linear simples.

A análise residual e de diagnóstico são técnicas estatísticas para avaliar o desempenho de um modelo de regressão. Desse modo, determina-se o quão bem um modelo se adapta aos dados, podendo, assim, minimizar erros. Algumas medidas utilizadas para determinar a acuracidade do modelo, foram: normalidade dos resíduos, homoscedasticidade, linearidade e independência dos erros.

O teste de Shapiro-Wilk foi calculado para verificar a normalidade dos resíduos do modelo ao nível de significância de 5%. A hipótese nula é que a amostra provém de uma distribuição normal. O p-valor observado nesse teste foi de 0,5428; com isso não rejeitamos a hipótese nula e dizemos que os resíduos são normalmente distribuídos ou que eles provêm de uma distribuição normal. O pressuposto de homoscedasticidade foi testado através do Teste de Bartlett, que tem como hipótese nula que as variâncias dos resíduos são constantes. Como

resultado, obtivemos o p-valor de 0,0765, sendo maior que o nível de significância ( $\alpha = 0,05$ ); com isso não rejeitamos a hipótese nula, e a suposição de homoscedasticidade é aceita.

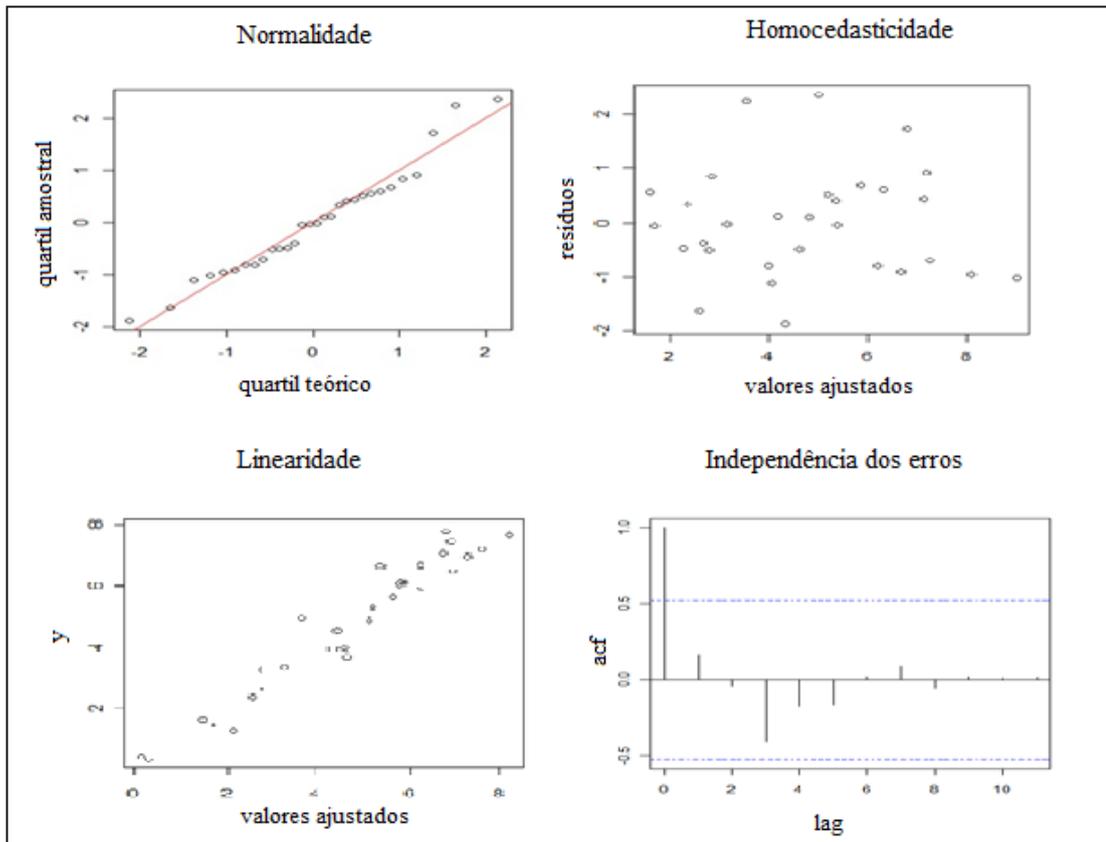
Também foi calculado o teste Durbin Watson para verificar a independência dos resíduos. A hipótese nula é que os resíduos são independentes. Observou-se o p-valor igual a 0,1837; com isso não rejeitamos a hipótese nula, e dizemos que os resíduos são independentes. A hipótese de linearidade define que a relação entre as variáveis analisadas deve ser linear. A existência de relação linear entre as variáveis pode ser avaliada graficamente ou também a partir de um teste de hipótese sobre o coeficiente angular da Equação 3. As hipóteses nula e alternativa podem ser expressas da seguinte forma:  $H_0: \beta = 0$  (não existe relação linear) e  $H_1: \beta \neq 0$  (existe uma relação linear), onde podemos observar que o  $\beta$  encontrado foi de 9,54, evidenciando assim a hipótese de linearidade.

A equação de regressão encontrada para o modelo pode ser observada abaixo:

$$Y = 3,74 + 9,54X \quad \text{Eq.(3)}$$

Os métodos de análise gráfica, mostrados na Figura 8, possibilitam a verificação dos pressupostos. No gráfico da normalidade, é possível notar que a configuração de pontos se aproxima de uma reta; logo, a suposição de normalidade é sustentável. A homoscedasticidade também é avaliada e mostra que os dados estão dispersos de forma aleatória, evidenciando a hipótese de variância constante. Também foi realizado o ajuste da reta para a hipótese de linearidade, em que os dados se mostram de forma linear (em torno de uma reta imaginária), assim, sendo aceita a hipótese de linearidade. Já para a suposição de independência dos resíduos, foi utilizada a função de auto correlação (ACF) que visa identificar a estacionalidade dos resíduos. Observa-se, no gráfico, a sazonalidade dos erros e os pontos em que existe significância estatística na correlação com determinada defasagem (lag). Consequentemente, observa-se que é ultrapassada a faixa do intervalo de confiança, o que indica que os erros não são correlacionados.

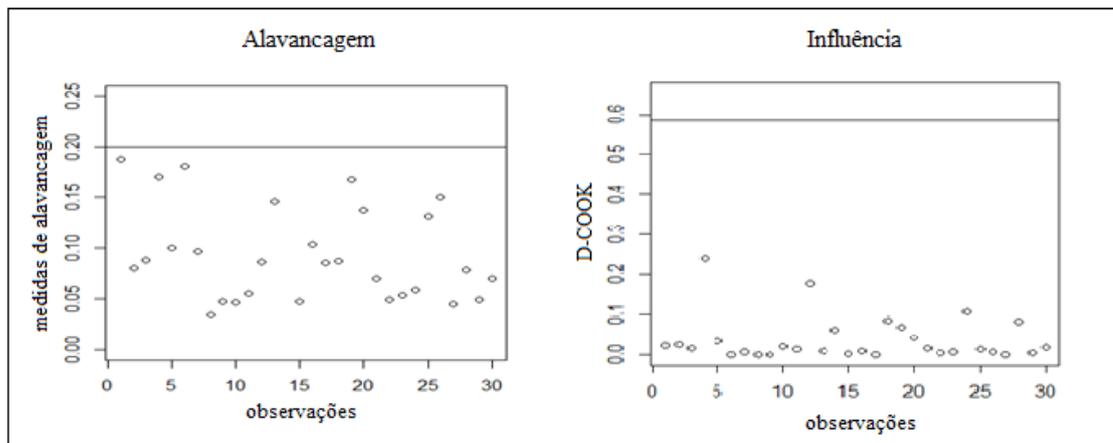
Figura 8 - Análise residual



**Fonte:** Elaboração própria.

A Figura 9 apresenta a análise de diagnóstico com a distância de Cook, medida utilizada para encontrar pontos de alavancagem e influentes, ou seja, funciona como um método para avaliar a influência de uma mínima perturbação em um modelo. Pontos acima do limite definido nos gráficos indicam pontos de alavancagem e/ou influentes, esses pontos podem ser prejudiciais ao bom ajuste do modelo. No presente estudo observamos que não existem pontos de alavancagem e/ou influentes. Assim, pode-se dizer que o modelo foi bem ajustado e nenhum ponto difere dos demais ou causa vieses no modelo.

Figura 9 - Análise de diagnóstico



Fonte: Elaboração própria.

O grau de associação entre as variáveis do presente estudo pode ser verificado na Tabela 5. A variável intenção de e-participação foi considerada autocorrelacionada com a variável atitudes em relação a riscos, uma vez que o valor encontrado para o  $R^2$  foi de 0,8012. Com isso, podemos afirmar que cerca de 80% da variância da variável dependente é explicada pela variância da variável independente e o resto da variância da variável dependente é explicada pelo erro. Através do p-valor ( $0,0082 < \alpha = 0,05$ ) apresentado na Tabela 2, podemos perceber que o modelo de regressão passou pelo teste de adequação global, onde o p-valor foi menor que o nível de significância, ou seja, rejeitamos  $H_0$ , o que significa que a variável explicativa é capaz de descrever a variável resposta, mostrando assim a adequabilidade do modelo. A estatística F é considerada também significativa, com p-valor menor que  $\alpha = 0,05$  (0,0022) e tem-se que a variável explicativa contribui para o modelo.

Tabela 5 - Estatísticas da regressão linear simples

$R^2$	<b>B</b>	<b>p-valor</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>Teste F</b>
0,8012	9,54	0,0082	0,2134	0,0022

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.2.2 Investigação da associação entre percepção de anonimato e intenção de e-participação

A fim de verificar se há diferença entre os grupos experimental e controle com relação à intenção de e-participação, foi realizada uma análise de variância (ANOVA). Antes, no entanto, foram verificados alguns pressupostos para a análise.

O teste de normalidade dos resíduos Shapiro-Wilk apresentou p-valor de 0,6325, sendo maior que o nível de significância ( $\alpha = 0,05$ ), verificando que os resíduos estão normalmente distribuídos. A hipótese de homoscedasticidade foi verificada através do teste de Barlett (p-valor = 0,2799). Sendo assim, não rejeitamos a hipótese nula, e dizemos que os resíduos têm variâncias constantes. Para a hipótese da independência dos erros, utilizamos o teste de Durbin Watson (p-valor = 0,1736), cujo resultado nos permitiu concluir que a hipótese de independência dos erros também deve ser aceita.

A partir dos dados coletados, e dos pressupostos aceitos, é possível estimar os parâmetros média e variância da densidade populacional para cada um dos grupos. A variância em particular pode ser dividida em dois componentes: variância entre os grupos (ou variância devido ao tratamento) e variância dentro dos grupos (ou variância devido ao erro). O resultado da ANOVA é apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 - Análise de variância dos tratamentos, segundo a intenção de e-participação

<b>Fonte de variação</b>	<b>Soma dos Quadrados</b>	<b>Graus de Liberdade</b>	<b>Quadrado médio</b>	<b>Test F</b>	<b>P-valor</b>
Entre os grupos	2,7	1	2,7	0,52	0,4757
Dentro dos grupos	144,67	28	5,17		
<b>Total</b>	<b>147,37</b>				

**Fonte:** Elaboração própria.

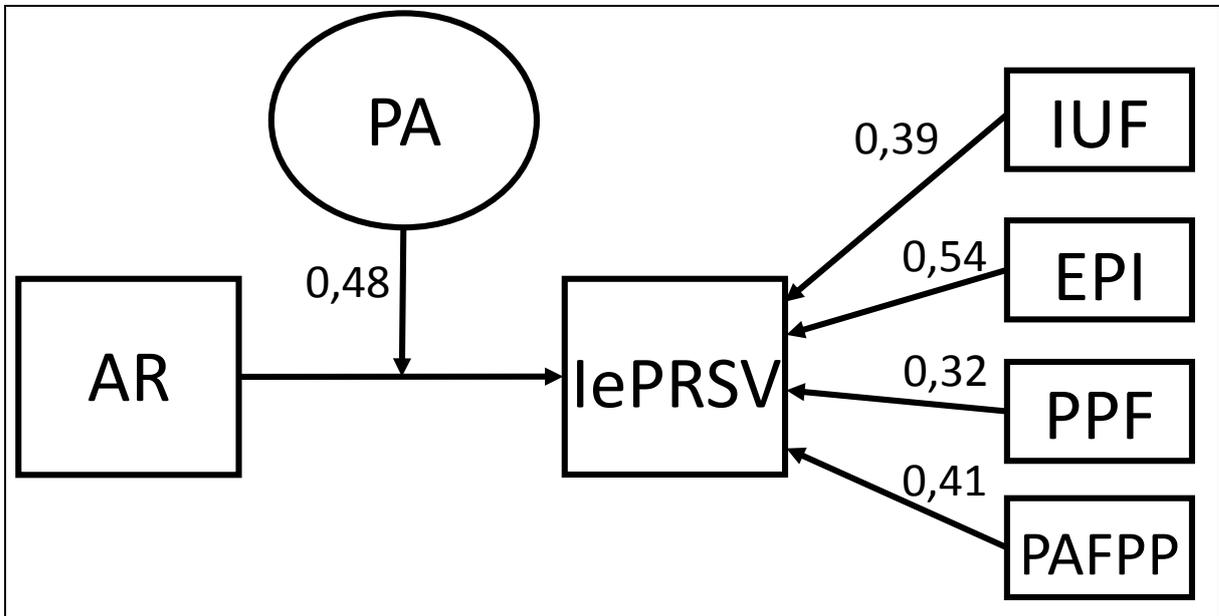
Observamos que o valor F calculado foi de 0,52, com um nível de significância atingido (ou valor-p estimado) de 0,4757. Como o p-valor está bem acima do nível de significância adotado ( $\alpha = 0,05$ ), não rejeitamos a hipótese nula, ou seja, não é possível afirmar que existe diferença significativa entre os grupos. Assim, a manipulação da percepção de anonimato não tornou significativa a diferença entre os grupos experimental e controle com relação à intenção de e-participação. Como não houve evidência de diferença estatística significativa entre os tratamentos, não foi necessária a realização de testes de múltiplas comparações.

#### 4.2.3 Efeito da percepção de anonimato sobre a relação entre atitudes em relação a riscos e intenção de e-participação através de redes sociais virtuais.

Em seguida, seguem os resultados obtidos na análise de equações estruturais, realizada com o objetivo de avaliar a hipótese, previamente estabelecida, de que a percepção de anonimato modera a relação entre a atitude em relação ao risco e a e-participação. A Figura 10

ilustra as relações propostas e suas respectivas magnitudes. As estimativas apresentadas na figura abaixo são os coeficientes de determinação padronizados ( $R^2$ ).

Figura 10 - Ajustamento da modelagem de equações estruturais



Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado no Quadro 3, os indicadores da bondade do ajuste, se enquadram no nível de aceitação segundo Kline (2005), assim atendendo aos critérios do ajuste do modelo, com isso pode-se dizer que o modelo final é bem ajustado. O teste de qui-quadrado atendeu o ajuste de parcimônia, ( $\chi^2 = 1,965$ ), ou seja, o valor é aceitável, não excedendo os 3.0 estipulados como o limite numérico de aceitação para este indicador. Isso significa que o modelo é bem ajustado diante de sua complexidade. Apesar desta constatação, o qui-quadrado isoladamente não representa uma medida adequada, porque é sensível ao tamanho da amostra (IACOBUCCI, 2010).

Quadro 3 – Índices de ajuste do modelo originalmente proposto

<b>Indicador de Ajuste</b>	<b>Modelo Final</b>	<b>Nível de aceitação (KLINE, 2005)</b>
Qui-Quadrado normado ( $\chi^2$ )	1,965	Entre 1 e 3
GFI (Índice de Qualidade do Ajuste)	0,9178	Acima de 0,90
TLI (Índice de Tucker-Lewis)	0,9260	Acima de 0,90
CFI (Índice de Ajuste Comparativo)	0,9194	Acima de 0,90
RMSEA (Raiz média quadrática dos erros de aproximação)	0,051	Entre 0,05 e 0,10

**Fonte:** Elaboração própria.

O qui-quadrado, como indicador de ajuste, diz o quanto o modelo proposto reflete os dados obtidos, através da análise das covariâncias estimadas e efetivamente observadas. TLI verifica se há adição de complexidade indesejável ao modelo. Já GFI compara o quanto o modelo proposto é melhor do que modelo nenhum. Por fim, RMSEA representa a qualidade do ajuste que poderia ser esperado se o modelo fosse estimado na população.

Definir o tamanho ideal de amostras para a utilização da Modelagem de Equações Estruturais não é simples, pois há diferentes padrões na literatura. É importante frisar que os resultados aqui apresentados possuem certas limitações devido ao número de observações que foram possíveis de serem obtidas durante esta pesquisa.

Para minimizar esta limitação recorreremos à técnica de *bootstrap*, que consiste na simulação de um determinado número de amostras diferenciadas, a partir da amostra original, sendo cada uma delas um subconjunto de tamanho aleatório. É uma técnica computacional intensiva de análise estatística e pode ser aplicada a qualquer nível de modelagem, tanto para análises paramétricas quanto para não paramétricas.

Este procedimento permite verificar a robustez dos parâmetros em análise ao longo de várias amostras, num procedimento em tudo semelhante ao de uma validação cruzada (HAIR *et al.*, 1999). Foi realizado um *bootstrap* para um conjunto de 100 amostras aleatórias e outro para 500 amostras, considerando um nível de confiança de 95%. Ainda foi realizado o teste de Bollen-Stine que é um método de simulação de amostras, de tamanho aleatório, adequado a amostras pequenas (FOULADI, 1998).

O Quadro 4, mostra a adequação do modelo para o *bootstrap* com 100 amostras. A análise da qualidade do ajuste geral do modelo foi feita a partir da comparação dos parâmetros observados com o nível de aceitação de Kline (2005). Os indicadores se mostraram significativos para a simulação estabelecida, mostrando assim a adequabilidade do modelo para 100 amostras.

Quadro 4 – Índices de ajuste do modelo proposto: *bootstrap* para 100 amostras.

Indicador de Ajuste	Modelo Final	Nível de aceitação (KLINE, 2005)
GFI	0,9426	Acima de 0,90
TLI	0,9623	Acima de 0,90
CFI	0,9384	Acima de 0,90
RMSEA	0,062	Entre 0,05 e 0,10

Fonte: Elaboração própria.

Com base no *bootstrap* para 100 amostras, foram testadas as mesmas hipóteses do modelo teórico proposto original. Foi observado que a hipótese principal do modelo continuou aceita, explicando 53% da variação total. Uma vez que os parâmetros são significativos, o teste de Bollen-Stine indica um bom ajustamento entre amostras. Observa-se que os vieses tendem a ser cada vez menores. O p-valor verificado para o teste foi significativo (p-valor = 0,638 > 0,01), mostrando que o tamanho da simulação é adequado para a amostra original.

Quadro 5 – Resultados das hipóteses: modelo com 100 amostras.

Relações hipotetizadas	$\beta$ Padronizado	P-Valor	R <sup>2</sup>
PA → (AR x IePRSV)	0,0278	0,0013	53%
IUF → IePRSV	0,1129	0,0183	44%
EPI → IePRSV	0,0528	0,0063	66%
PPF → IePRSV	0,2841	0,1358	35%
PAFPP → IePRSV	0,3051	0,0451	42%
Bollen-Stine Bootstrapped p	-	0,638	-

Fonte: Elaboração própria.

O nível de adequação do modelo proposto no *bootstrap* para 500 amostras é mostrado no Quadro 6. Os indicadores se mostram no nível de aceitação de Kline (2005), evidenciando o bom ajuste do modelo. Nesse sentido, podemos afirmar que o modelo final no *bootstrap* para 500 amostras se mostrou significativo.

Quadro 6 - Índices de ajuste do modelo proposto: *bootstrap* para 500 amostras.

Indicador de Ajuste	Modelo Final	Nível de aceitação (KLINE, 2005)
GFI	0,9499	Acima de 0,90
TLI	0,9774	Acima de 0,90
CFI	0,9385	Acima de 0,90
RMSEA	0,059	Entre 0,05 e 0,10

Fonte: Elaboração própria.

Também foram testadas as hipóteses do modelo original para o *bootstrap* de 500 amostras e também foi realizado o teste de Bollen-Stine, como mostra a Quadro 7. Em ambos os testes não foi encontrado discrepância em relação ao modelo original, onde a hipótese principal continuou sendo aceita, dessa vez com uma força maior (51%), e todas as demais relações também se evidenciaram estatisticamente significativas. O teste de Bollen-Stine também se manteve significativo, mostrando assim a adequabilidade da amostra original com a simulação para 500 amostras.

Quadro 7 - Resultados das hipóteses: modelo com 500 amostras.

Relações hipotetizadas	$\beta$ Padronizado	P-Valor	R <sup>2</sup>
PA $\longrightarrow$ (AR x IePRSV)	0,0278	0,0062	51%
IUF $\longrightarrow$ IePRSV	0,1129	0,0037	48%
EPI $\longrightarrow$ IePRSV	0,2447	0,0353	63%
PPF $\longrightarrow$ IePRSV	0,1946	0,0874	40%
PAFPP $\longrightarrow$ IePRSV	0,2755	0,0752	49%
Bollen-Stine Bootstrapped p	-	0,536	-

Fonte: Elaboração própria.

A comparação dos resultados apresentados nos Quadros 5 e 7 permite verificar que os vieses ficam menores a medida que aumentamos o número de amostras consideradas na

análise e, com isso, podemos concluir que os parâmetros se revelam robustos ao longo de um elevado número de amostras de tamanho aleatório.

Uma vez que os parâmetros são significativos, o teste de Bollen-Stine indica um bom ajustamento entre amostras. Assim, além dos vieses tenderem a ser cada vez menores, em conjunto, não são significativamente diferentes de zero. Com esses resultados, é possível concluir que, apesar do reduzido número de observações na amostra original, os parâmetros são estáveis e o modelo é bem ajustado.

Isto posto, passa-se a analisar a modelagem de equações estruturais com base na amostra original do estudo. Verifica-se que, além de apresentar todos os índices de ajuste satisfatórios, os resultados evidenciam a não rejeição de H3, onde era previsto que o anonimato modera a influência da atitude em relação a riscos (variável independente) sobre e-participação através das redes sociais virtuais (variável dependente). Isso pode ser verificado no Quadro 8, onde o  $\beta$  padronizado é 0,0278 e o p-valor significativo ( $\alpha < 0,05$ ). As demais hipóteses também foram sustentadas, uma vez que o  $\beta$  padronizado observado foi maior que o nível de significância.

Quadro 8 - Hipóteses do modelo teórico e resultados.

Relações hipotetizadas	$\beta$ Padronizado	P-Valor	R <sup>2</sup>
PA $\longrightarrow$ (AR x IePRSV)	0,0278	0,0013	48%
IUF $\longrightarrow$ IePRSV	0,1129	0,0183	39%
EPI $\longrightarrow$ IePRSV	0,0528	0,0063	54%
PPF $\longrightarrow$ IePRSV	0,2841	0,1358	32%
PAFPP $\longrightarrow$ IePRSV	0,3051	0,0451	41%

Fonte: Elaboração própria.

Na da Quadro 9, são apresentados os resultados do teste que verifica o impacto da percepção de anonimato na relação entre atitudes em relação a riscos e intenção de e-participação no Facebook. Como observa-se, a relação torna-se mais forte 64% quando manipulamos a percepção de anonimato, enquanto que o seu complementar (36%) representa o impacto do grupo controle, onde não manipulamos a percepção de anonimato.

Para testar se houve diferença significativa no modelo proposto entre a condição experimental e controle, conduzimos o teste qui-quadrado. O resultado segue na Quadro 10. O qui-quadrado mede a probabilidade de as diferenças encontradas nos dois grupos da amostra

serem devidas ao acaso, partindo do pressuposto de que não há diferença entre os dois grupos na população de onde foram retirados. Os resultados mostram que houve diferença significativa ( $\Delta g.l. = 14$ ;  $p\text{-valor} < 0,01$ ) entre o modelo com o grupo experimental e o modelo com o grupo controle. Assim, tem-se que a manipulação da percepção de anonimato promoveu diferença significativa no modelo e, do Quadro 9, podemos afirmar que a moderação acontece quando há manipulação da percepção de anonimato.

Quadro 9: Hipótese de moderação do modelo teórico proposto.

Condição	Independente	Dependente	$\beta$ Padronizado	$\beta$ Não padronizado	Erro Padrão	R <sup>2</sup>	P- Valor
Experimental	A	C	0,641	0,59	0,08	64%	0,0021

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 10: Resultado do teste de qui-quadrado

Relações	X <sup>2</sup> Fixado (g.l.)	X <sup>2</sup> Livre (g.l.)	$\Delta X^2$ (g.l.)
PA $\longrightarrow$ (AR x IePRSV)	11.469 (29)	11.455 (29)	14 (2); $p\text{-valor} = 0,0046$

Fonte: Elaboração própria.

## 5. DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa mostram que a atitude em relação a riscos é fortemente associada à intenção de e-participação no Facebook. A atitude em relação a riscos é uma função utilidade da expectativa de benefícios, percepção de riscos, atitude em relação a percepção de riscos e do contexto de risco. Alguns desses fatores foram utilizados pela literatura em Sistemas de Informação (SI) para o estudo da adoção e do uso de TICs. Por exemplo, um construto amplamente adotado é a expectativa de desempenho (VENKATESH *et al.*, 2003), que é medida considerando as expectativas pessoais dos indivíduos sobre os resultados a serem obtidos através do uso de uma dada tecnologia. Essas expectativas envolvem, logicamente, as expectativas de benefícios.

Nesse sentido, estudos mostram que existem no ambiente online expectativas de benefícios associadas à geração de conteúdo digital (KRISHNAMURTHY; WENYU, 2008), ao envolvimento em discussões políticas (GREULING; KILIAN, 2014) e à divulgação de informações pessoais nas redes sociais virtuais (SPIEKERMANN *et al.*, 2010). Algumas das

expectativas são motivadas por desejos de autoexpressão (DE ZÚÑIGA *et al.*, 2014), construção da autoimagem (HU *et al.*, 2016), identificação com grupos de indivíduos e construção de relacionamentos (ELLISON *et al.*, 2014), construção e gerenciamento de impressões (MARDER *et al.*, 2016) e desejos de estar em conformidade com a opinião pública (KWON *et al.*, 2015).

Outro fator, a percepção de risco, também adotada na literatura em SI, está relacionada a decisões de consumo online (KIM *et al.*, 2008; FARZIANPOUR *et al.*, 2014), bem como à intenção e ao uso de TICs (THAKUR; SRIVASTAVA, 2014; BÉLANGER; CARTER, 2008). Sua relação com o construto confiança tem sido extensamente utilizada para investigar a tomada de decisão no ambiente digital (ROGHANIZAD; NEUFELD, 2015).

Dado que os dois construtos (expectativa de benefícios e percepção de riscos) estão presentes na literatura em SI como associados ao uso de TICs e que ambos estão contidos no construto da atitude em relação a riscos, tem-se que a forte associação aqui encontrada entre atitudes em relação a riscos e intenção de e-participação através de redes sociais contribui para compreendermos intenções de uso de TICs. No que diz respeito ao comportamento político que é objeto da intenção de participação aqui estudada, pesquisas anteriores em Ciência Política (KAM, 2012) já identificavam a existência da relação atitudes em relação a risco e participação política no geral. A reunião da literatura apresentada com as análises empíricas aqui realizadas, permite concluir que atitudes em relação a riscos podem prever tanto a intenção de participação política off-line quanto a e-participação. Tendo em vista a perspectiva custo-benefício que adotamos para a compreensão das atitudes em relação a riscos, conhecer as barreiras para a interação, como expostas por Brandtzæg e colegas. (2015), e mitigar os custos da e-participação nas redes sociais torna-se essencial para o desenvolvimento de um ambiente online mais democrático.

Não encontramos relação direta entre a percepção de anonimato e a intenção de e-participação. Uma corrente de pensamento derivada da Teoria da Desindividuação (POSTMES; SPEARS, 1998) estabelece que a desindividuação causada pelo anonimato não produz, por si só, comportamentos negativos, mas diminui a influência dos padrões internos de comportamento, deixando o indivíduo mais suscetível a se comportar segundo um poder externo, que pode influenciar um comportamento socialmente positivo ou negativo (MCKENNA; BARGH, 2000). Além disso, considerando os resultados ambíguos da literatura que trata do anonimato em SI (HO; MCLEOD, 2008) e os dados que foram aqui apresentados, verificamos que o anonimato pode influenciar decisões distintas em razão de fatores

circunstanciais, alguns inclusive alheios ao pesquisador, o que deve ser levado em consideração pelos estudos futuros aplicados ao tema.

Neste estudo, testamos o efeito de uma maior percepção de anonimato sobre a intenção de e-participação num grupo de indivíduos que está em desvantagem estratégica com relação à participação política. Essa característica foi escolhida por ter sido relacionada na literatura (MARX, 1999) como uma das condições onde o anonimato pode influenciar a expressão individual. O efeito esperado (aumento na intenção de e-participação) não ocorreu, conforme mostra a análise de variância que foi apresentada. Pesquisas recentes corroboram com este resultado, mostrando que o anonimato não tem impacto significativo em comportamentos semelhantes, como a divulgação de informações pessoais na web (MISOCH, 2015).

É relevante lembrar que a amostra desta pesquisa é composta por militares estaduais que trabalham com segurança pública, profissão de alto risco no Brasil e cujo regimento interno explicita serem condenáveis algumas formas de participação política, como criticar em público o governo, censurar os atos de seus representantes ou mesmo discutir sobre temas políticos. Esse grupo é, portanto, composto por pessoas que podem ser punidas por eventuais opiniões expostas em mídias como as redes sociais. O anonimato, nesse caso, seria uma forma de auxiliar a participação política desses indivíduos. No entanto, não observamos esse efeito em relação à intenção de e-participação.

É importante observar que a inclusão do anonimato pode mudar tanto a percepção de risco quanto a expectativa de benefício da e-participação. Isso pode ocorrer de diversas formas, como por exemplo: 1) O anonimato pode reduzir alguns custos sociais derivados da identificação pessoal na e-participação, o que reduziria a percepção de risco; 2) O anonimato pode reduzir expectativas de benefícios derivados da expressão através de redes sociais; 3) O anonimato pode aumentar a expectativa de benefícios de alguns indivíduos que venham a considerar formas alternativas (e.g. mais francas) de e-participação.

A teoria da utilidade esperada (VON NEUMANN; MORGENSTERN, 2007) estabelece que um tomador de decisões busca avaliar todos os eventos possíveis e suas respectivas probabilidades de ocorrência antes de decidir. As diversas possibilidades derivadas da inclusão do anonimato na decisão sobre e-participar, dados os exemplos apresentados anteriormente, podem ocorrer individualmente ou em conjunto, mas todas concorrem para a necessidade de uma reavaliação de riscos diante da decisão de interagir anonimamente dentro da rede social virtual. Nesta pesquisa, a reavaliação de riscos diante da possibilidade de

interação anônima permitiu maior alinhamento entre as variáveis atitude em relação a riscos e intenção de e-participação, o que, em outras palavras, é um indício de que a percepção de anonimato interage com a atitude em relação a riscos quando o risco em análise é o de e-participação. Verificamos que a associação entre atitude em relação a riscos e intenção de e-participação se tornou mais forte no grupo em que manipulamos a percepção de anonimato, como mostra a análise da modelagem de equações estruturais.

É possível, no entanto, que a análise custo-benefício, que determina a atitude em relação a riscos, possa prever melhor a intenção de e-participação quando os pesquisados estão inseridos num contexto que os faz reavaliar os riscos, como foi o caso do experimento, onde introduzimos a possibilidade de interagir anonimamente através Facebook, plataforma onde os indivíduos são, normalmente, identificáveis (i.e., HALPERN; GIBBS, 2013; ROWE, 2015). Ao induzirmos uma maior percepção de anonimato, as pessoas podem ser levadas a reavaliar os riscos envolvidos na e-participação, o que se reproduziu num efeito moderador. Isso corroboraria com a tese de que, em alguns contextos, as pessoas podem não avaliar bem os riscos envolvidos na expressão através das redes sociais, como sugerem Acquisti e colegas (2015).

Ao mesmo tempo, observamos que a maioria dos pesquisados acreditam que o Facebook não é uma plataforma adequada para expressar opiniões políticas. Isso poderia ser um resultado contraditório se considerássemos apenas a atual conjuntura das discussões no Facebook brasileiro e a faixa etária dos indivíduos pesquisados (i.e., jovens). No entanto, sendo o Facebook uma plataforma que estimula a identificação pessoal, indivíduos em posição estrategicamente desfavorável com relação à participação política podem preferir se calar nessas redes sociais ou buscar mídias alternativas para poderem se expressar na internet.

Uma das limitações desta pesquisa é o tamanho da amostra utilizada (30 indivíduos). A dificuldade para reunir um grupo de indivíduos com as características que foram descritas não impediu, no entanto, que fizéssemos análises estatísticas relevantes para testar as hipóteses estabelecidas. Ainda assim, pesquisas futuras podem investigar em grupos maiores e mais heterogêneos se a percepção de anonimato influencia a intenção de e-participação no Facebook. É recomendável que expectativas de benefícios e percepções de risco sejam explorados em profundidade, tendo em vista a necessidade de controlar alguns desses fatores ou mesmo de explorar alguns específicos que sejam de maior interesse.

Neste estudo, pesquisamos a intenção de e-participação em vez do comportamento propriamente dito. Isso se deu porque: 1) As atitudes em relação a riscos previram melhor a intenção de participação política no futuro do que no presente (KAM, 2012); 2) Os pesquisadores decidiram elaborar um instrumento próprio, a fim de mensurar a e-participação no contexto específico do debate sobre corrupção, que ocorre no Facebook brasileiro. No entanto, é importante que conheçamos o relacionamento entre as variáveis estudadas e a e-participação (i.e., comportamento propriamente dito) nas redes sociais virtuais, visto que a diferença entre intenção e comportamento precisa ser investigada (SHEERAN, 2002).

Além disso, outra limitação do estudo é o fato de termos utilizado uma situação hipotética como base para medir a intenção de e-participação. Apesar da funcionalidade Reações do Facebook já estar sendo utilizada em alguns países e de haver a intenção de expandi-la para os demais países da rede (NEWCOMB, 2016), os pesquisados não poderiam ter tido contato com ela previamente ao estudo e, sendo assim, fizeram um exercício hipotético para determinar suas intenções de e-participação.

## REFERÊNCIAS

- ACQUISTI, A.; BRANDIMARTE, L.; LOEWENSTEIN, G. Privacy and human behavior in the age of information. **Science**, v. 347, n. 6221, p. 509-514, 2015.
- ANDERSON, C.; TVERDOVA, Y. Winners, losers, and attitudes about government in contemporary democracies. **International Political Science Review**, v. 22, n. 4, p. 321-338, 2001.
- ARONSON, E.; ELLSWORTH, P. C.; CARLSMITH, J. M.; GONZALES, M. H. **Methods of research in social psychology**. 2. ed., New York: McGraw-Hill, 1990.
- BAKKER, P.; DE VREESE, H. Good news for the future? Young people, Internet use, and political participation. **Communication Research**, v. 38, n. 4, p. 451-470, 2011.
- BARON, M.; KENNY, A. The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: conceptual, strategic, and statistical considerations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 51, n. 6, p. 1173-1182, 1986.
- BAUMGARTNER, C.; MORRIS, S. MyFaceTube politics: Social networking web sites and political engagement of young adults. **Social Science Computer Review**, v. 28, n. 1, p. 24-44, 2010.
- BELLROSE, C.; PILISUK, M. Vocational risk tolerance and perceptions of occupational hazards. **Basic and applied social psychology**, v. 12, n. 3, p. 303-323, 1991.
- BOLSEN, T.; LEEPER, J. Self-interest and attention to news among issue publics. **Political Communication**, v. 30, n. 3, p. 329-348, 2013.
- BÉLANGER, F.; CARTER, L. Trust and risk in e-government adoption. **The Journal of Strategic Information Systems**, v. 17, n. 2, p. 165-176, 2008.
- BENTLER, P. M.; YUAN, K. Structural equation modeling with small samples: Test statistics. **Multivariate Behavioral Research**, v. 34, n. 2, p. 181-197, 1999.
- BLAIS, Ann-Renée; WEBER, U. A domain-specific risk-taking (DOSPERT) scale for adult populations. **Judgment and Decision Making**, v. 1, n. 1, p. 33-47, 2006.
- BODE, L.; VRAGA, K.; BORAH, P.; SHAH, V. A new space for political behavior: Political social networking and its democratic consequences. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 19, n. 3, p. 414-429, 2014.
- BOLSEN, T.; LEEPER, T. Self-interest and attention to news among issue publics. **Political Communication**, v. 30, n. 3, p. 329-348, 2013.
- BRANDTZAEG, P. B. Facebook is no “Great equalizer” A big data approach to gender differences in civic engagement across countries. **Social Science Computer Review**, p. 1-23, 2015.

BRANDTZÆG, P. B.; HAUGSTVEIT I.; LÜDERS M.; FØLSTAD, A. Participation Barriers to Youth Civic Engagement in Social Media. In: International AAAI Conference on Web and Social Media, 9., 2015, **Proceedings**... Oxford: AAAI, 2015.

CAMAJ, L. The Consequences of Attribute Agenda-Setting Effects for Political Trust, Participation, and Protest Behavior. **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, v. 58, n. 4, p. 634-654, 2014.

CAMP, J. Web security and privacy: An American perspective. **The Information Society**, v. 15, n. 4, p. 249-256, 1999.

CAMPBELL, D. T.; STANLEY, J. C.; GAGE, N. **Experimental and quasi-experimental designs for research**. Boston: Houghton Mifflin, 1963.

CAMPBELL, E. Social networks and political participation. **Annual Review of Political Science**, v. 16, 2013.

CEARÁ. Lei Estadual nº 13.407, de 21 de novembro de 2003. Institui o Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, dispõe sobre o comportamento ético dos militares estaduais, estabelece os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativo-disciplinar dos militares estaduais e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 02 dez. 2003.

CHRISTOPHERSON, M. The positive and negative implications of anonymity in Internet social interactions: “On the Internet, nobody knows you’re a dog”. **Computers in Human Behavior**, v. 23, n. 6, p. 3038-3056, 2007.

CORRAR, L.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. **Análise multivariada**: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. São Paulo: Atlas, 2011.

CORRUPTION in Brazil: The big oily. **The Economist**, São Paulo, 03 jan. 2015. Disponível em: <<http://econ.st/1BkB4nM>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of test. **Psychometrika**. 1951.

CULNAN, J.; BIES, J. Consumer privacy: Balancing economic and justice considerations. **Journal of social issues**, v. 59, n. 2, p. 323-342, 2003.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. 2015. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/11/30/avaliacao\\_dilma.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/11/30/avaliacao_dilma.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2016.

DE ZÚÑIGA, G. H.; JUNG, N.; VALENZUELA, S. Social media use for news and individuals' social capital, civic engagement and political participation. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 17, n. 3, p. 319-336, 2012.

DE ZÚÑIGA, G. H.; MOLYNEUX, L.; ZHENG, P. Social media, political expression, and political participation: Panel analysis of lagged and concurrent relationships. **Journal of Communication**, v. 64, n. 4, p. 612-634, 2014.

DI GENNARO, C.; DUTTON, W. The Internet and the public: Online and offline political participation in the United Kingdom. **Parliamentary Affairs**, v. 59, n. 2, p. 299-313, 2006.

EGGERS, D. **Government 2.0: Using technology to improve education, cut red tape, reduce gridlock, and enhance democracy.** Rowman & Littlefield, 2007.

ELLISON, N.; STEINFELD, C.; LAMPE, C. The benefits of Facebook “friends:” Social capital and college students’ use of online social network sites. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 12, n. 4, p. 1143-1168, 2007.

ELLISON, N.; VITAK, J.; GRAY, R.; LAMPE, C. Cultivating social resources on social network sites: Facebook relationship maintenance behaviors and their role in social capital processes. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 19, n. 4, p. 855-870, 2014.

FACEBOOK. **Assuntos: Brasil.** 2015. Disponível em: <<http://br.yearinreview.fb.com/2015/topics/>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

FARAH, M. **Política e sociedade: as manifestações de rua de 2013 e 2015.** Estadão, Rio de Janeiro, 12 mai. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/politica-e-sociedade-as-manifestacoes-de-rua-de-2013-e-2015/>>. Acesso em: 25 dez. 2015.

FARZIANPOUR, F.; PISHDAR, M.; SHAKIB, M.; TOLOUN, M. Consumer’s perceived risk and its effect on adoption of online banking services. **American Journal of Applied Sciences**, v. 11, n. 1, p. 47, 2014.

FOULADI, R. Covariance Structure Analysis Techniques under Conditions of Multivariate Normality and Nonnormality-Modified and Bootstrap Based Test Statistics. In: Annual Meeting of the American Educational Research Association, 1998, **Proceedings...** San Diego: 1998.

FROOMKIN, M. Legal issues in anonymity and pseudonymity. **The Information Society**, v. 15, n. 2, p. 113-127, 1999.

GARZÓN, R. I.; FIESTAS, M.; PADIAL, A.; RUIZ, V. Perception of Occupational Risk of Firefighters in Quito. **Fire Technology**, p. 1-21, 2015.

GERLITZ, C.; HELMOND, A. The like economy: Social buttons and the data-intensive web. **New Media & Society**, p. 1348-1365, 2013.

GREULING, K.; KILIAN, T. Motives for Active Participation in Political Blogs: A Qualitative and Quantitative Analysis of Eight German Blogs. **Social Science Computer Review**, v. 32, n. 2, p. 221-237, 2014.

HACKER, L.; VAN DIJK, J. What is Digital Democracy. In: HACKER, L.; VAN DIJK, J. (Orgs.). **Digital democracy: Issues of theory and practice.** p. 1-9, London: Sage, 2000.

HAIR, J.; ANDERSON, R.; TATHAM, R.; BLACK, W. **Análisis Multivariante**. New York: Prentice Hall, 1999.

HALPERN, D.; GIBBS, J. Social media as a catalyst for online deliberation? Exploring the affordances of Facebook and YouTube for political expression. **Computers in Human Behavior**, v. 29, n. 3, p. 1159–1168, 2013.

HAYNE, C.; RICE, E. Attribution accuracy when using anonymity in group support systems. **International Journal of Human-Computer Studies**, v. 47, n. 3, p. 429-452, 1997.

HO, S.; MCLEOD, M. Social-psychological influences on opinion expression in face-to-face and computer-mediated communication. **Communication Research**, v. 35, n. 2, p. 190-207, 2008.

HOLANDA, B. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOYLE, R.; STEPHENSON, M.; PALMGREEN, P.; LORCH, E.; DONOHEW, R. Reliability and validity of a brief measure of sensation seeking. **Personality and individual differences**, v. 32, n. 3, p. 401-414, 2002.

HU, M.; ZHANG, M.; LUO, N. Understanding participation on video sharing communities: The role of self-construal and community interactivity. **Computers in Human Behavior**, v. 62, p. 105-115, 2016.

IACOBUCCI, D. Structural Equations Modeling: Fit Indices, Sample Size, and Advanced Topics. **Journal of Consumer Psychology**, v. 20, n. 1, p. 90-98, 2010.

JOHNSON, G. Ethics online. **Communications of the ACM**, v. 40, n. 1, p. 60-65, 1997.

JOHNSTON, K.; TANNER, M.; LALLA, N.; KAWALSKI, D. Social capital: the benefit of Facebook 'friends'. **Behaviour & Information Technology**, v. 32, n. 1, p. 24-36, 2013.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: An analysis of decision under risk. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, v. 47, n. 2, p. 263-292, 1979.

KAM, D. Risk attitudes and political participation. **American Journal of Political Science**, v. 56, n. 4, p. 817-836, 2012.

KIM, D.; FERRIN, D.; RAO, H. A trust-based consumer decision-making model in electronic commerce: The role of trust, perceived risk, and their antecedents. **Decision support systems**, v. 44, n. 2, p. 544-564, 2008.

KLINE, R. B. **Principles and Practice of Structural Equation Modeling**. 2<sup>a</sup> ed. New York: The Guilford Press; 2005.

KLING, R.; LEE, Y.; TEICH, A.; FRANKEL, M. Assessing anonymous communication on the internet: policy deliberations. **The Information Society**, v. 15, n. 2, p. 79-90, 1999.

KRISHNAMURTHY, S.; WENYU, D. Note from special issue editors: Advertising with user-generated content: A framework and research agenda. **Journal of Interactive Advertising**, v. 8, n. 2, p. 1–7, 2008.

KWON, H.; MOON, S.; STEFANONE, A. Unspeaking on Facebook? Testing network effects on self-censorship of political expressions in social network sites. **Quality & Quantity**, v. 49, n. 4, p. 1417-1435, 2015.

LANKTON, K.; MCKNIGHT, H. What does it mean to trust Facebook: examining technology and interpersonal trust beliefs. **ACM SIGMIS Database**, v. 42, n. 2, p. 32-54, 2011.

LIDÉN, G. Supply of and demand for e-democracy : A study of the Swedish case. **Information Polity**, v. 18, n. 3, p. 217-232, 2013.

LIU, Z.; MIN, Q.; ZHAI, Q.; SMYTH, R. Self-disclosure in Chinese micro-blogging: A social exchange theory perspective. **Information & Management**, v. 53, n. 1, p. 53-63, 2016.

LUARN, P.; HSIEH, AI-YUN. Speech or silence: The effect of user anonymity and member familiarity on the willingness to express opinions in virtual communities. **Online Information Review**, v. 38, n. 7, p. 881-895, 2014.

LUNDEN, I. **With Reactions, Facebook supercharges the like button with 6 empathetic emoji**. TechCrunch. 8 out. 2015. Disponível em: <<http://on.tcrn.ch/1/C4D8>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

MACCRIMMON, R.; WEHRUNG, A. Characteristics of risk taking executives. **Management science**, v. 36, n. 4, p. 422-435, 1990.

MACINTOSH, A.; COLEMAN, S.; SCHNEEBERGER, A. eParticipation: The research gaps. In: MACINTOSH, A.; TAMBOURIS, E. (Ed.). **Electronic participation**. Linz: Springer, p. 1-11, 2009.

MARDER, B.; SLADE, E.; HOUGHTON, D.; ARCHER-BROWN, C. “I like them, but won't ‘like’ them”: An examination of impression management associated with visible political party affiliation on Facebook. **Computers in Human Behavior**, v. 61, p. 280-287, 2016.

MARX, G. **Identity and anonymity**: Some conceptual distinctions and issues for research. Princeton University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. What's in a Name? Some Reflections on the Sociology of Anonymity. **The Information Society**, v. 15, n. 2, p. 99-112, 1999.

MCKENNA, K.; BARGH, J. Plan 9 from cyberspace: The implications of the Internet for personality and social psychology. **Personality and social psychology review**, v. 4, n. 1, p. 57-75, 2000.

MECKLIN, C. J.; MUNDFROM, D. J. A Monte Carlo comparison of the Type I and Type II error rates of tests of multivariate normality. **Journal of Statistical Computation and Simulation**, v. 75, n. 2, p. 93-107, 2005.

MEDAGLIA, R. eParticipation research: Moving characterization forward (2006–2011). **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 346-360, 2012.

MISOCH, S. Stranger on the internet: Online self-disclosure and the role of visual anonymity. **Computers in Human Behavior**, v. 48, p. 535-541, 2015.

MOISÉS, A.; MENEGUELLO, R. (Ed.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Edusp, 2013.

MORRELL, M. E. Deliberation, democratic decision-making and internal political efficacy. **Political Behavior**, v. 27, n. 1, p. 49-69, 2005.

NEWCOMB, A. Facebook's New Emoji 'Reactions' Are Coming 'Pretty Soon'. New York: ABC, 2016. Disponível em: <<http://abcn.ws/1Utd3of>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

NEWMAN, N. **Mainstream media and the distribution of news in the age of social discovery**. Oxford: Reuters Institute, 2011. Disponível em: <[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/fileadmin/documents/Publications/Working\\_Papers/Mainstream\\_media\\_and\\_the\\_distribution\\_of\\_news\\_.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/fileadmin/documents/Publications/Working_Papers/Mainstream_media_and_the_distribution_of_news_.pdf)>. Acesso em: 2 jan. 2016.

NICOLÁS, A.; BRAGATTO, C.; SAMPAIO, C. Internet and politics studies in Brazil: mapping the characteristics and disparities of the research field. **Brazilian Political Science Review**, v. 7, n. 2, p. 114-140, 2013.

NORRIS, P. **A virtuous circle: Political communications in postindustrial societies**. Cambridge University Press, 2000.

PAPACHARISSI, Z. Democracy online: Civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. **New Media & Society**, v. 6, n. 2, p. 259-283, 2004.

PEDDINTI, T.; ROSS, W.; CAPPOS, J. On the internet, nobody knows you're a dog: a twitter case study of anonymity in social networks. In: ACM CONFERENCE ON ONLINE SOCIAL NETWORKS, 2., 2014, Dublin. **Proceedings...** Dublin: ACM, 2014. p. 83 - 94.

PEW RESEARCH CENTER. **The Evolving Role of News on Twitter and Facebook**. 2015. Disponível em: <<http://www.journalism.org/files/2015/07/Twitter-and-News-Survey-Report-FINAL2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PFITZMANN, A.; HANSEN, M. A terminology for talking about privacy by data minimization: Anonymity, unlinkability, undetectability, unobservability, pseudonymity, and identity management. 2010. Disponível em: <[http://dud.inf.tu-dresden.de/literatur/Anon\\_Terminology\\_v0.34.pdf](http://dud.inf.tu-dresden.de/literatur/Anon_Terminology_v0.34.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2015.

POSTMES, T.; SPEARS, R. Deindividuation and antinormative behavior: A meta-analysis. **Psychological Bulletin**, v. 123, n. 3, p. 238, 1998.

ROBERTI, J. A review of behavioral and biological correlates of sensation seeking. **Journal of research in personality**, v. 38, n. 3, p. 256-279, 2004.

ROGHANIZAD, M.; NEUFELD, D. Intuition, risk, and the formation of online trust. **Computers in Human Behavior**, v. 50, p. 489-498, 2015.

ROWE, I. Civility 2.0: a comparative analysis of incivility in online political discussion. **Information, Communication & Society**, v. 18, n. 2, p. 121-138, 2015.

SAMPIERI, H.; COLLADO, F.; LUCIO, B. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1991.

SCOTT, C.; RAINS, A.; HASEKI, M. Anonymous communication: Unmasking findings across fields. **Communication yearbook**, v. 35, p. 299-342, 2011.

SCOTT, C. To reveal or not to reveal: A theoretical model of anonymous communication. **Communication Theory**, v. 8, n. 4, p. 381-407, 1998.

SCHEUFELE, D. A. Examining differential gains from mass media and their implications for participatory behavior. **Communication Research**, v. 29, n. 1, p. 46-65, 2002.

SCHERER, S.; WIMMER, A. Trust in e-participation: literature review and emerging research needs. In: International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance. 8., 2014, **Proceedings...** Guimarães: ACM, p. 61-70, 2014.

\_\_\_\_\_. E-participation and enterprise architecture frameworks: An analysis. **Information Polity**, v. 17, n. 2, p. 147-161, 2012.

SCHOEMAKER, J. Are risk-attitudes related across domains and response modes?. **Management science**, v. 36, n. 12, p. 1451-1463, 1990.

SHADISH, R.; COOK, D.; CAMPBELL, T. **Experimental and quasi-experimental designs for generalized causal inference**. Wadsworth Cengage learning, 2002.

SHEERAN, P. Intention-behavior relations: A conceptual and empirical review. **European review of social psychology**, v. 12, n. 1, p. 1-36, 2002.

SIMÕES, E. Saiba mais: Mensalão foi o momento de maior crise do governo Lula. **Reuters Brasil**. 27 jul. 2012. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE86Q06D20120727?sp=true>>. Acesso em: 02 jan. 2016

SKORIC, M.; YING, D.; NG, Y. Bowling online, not alone: Online social capital and political participation in Singapore. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 14, n. 2, p. 414-433, 2009.

SLOVIC, P. Assessment of risk taking behavior. **Psychological Bulletin**, v. 61, n. 3, p. 220-233, 1964.

\_\_\_\_\_. Convergent validation of risk taking measures. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 65, n. 1, p. 68-71, 1962.

SMITH, J.; DINEV, T.; XU, H. Information privacy research: an interdisciplinary review. **MIS quarterly**, v. 35, n. 4, p. 989-1016, 2011.

SOLOVE, J. A taxonomy of privacy. **University of Pennsylvania law review**, v. 154, n. 3, p. 477-564, 2006.

SOUZA, E.; MINAYO, M. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

SPIEKERMANN, S.; KOROLEVA, K.; HILDEBRAND, T. Online social networks: why we disclose. **Journal of Information Technology**, v. 25, n. 2, p. 109-125, 2010.

STREINER, D. L. Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter. **Journal of Personality Assessment**. v. 80, p. 217-222. 2003.

SUSHA, I.; GRÖNLUND, Å. eParticipation research: Systematizing the field. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 373-382, 2012.

SÆBØ, Ø.; ROSE, J.; FLAK, L. The shape of eParticipation: Characterizing an emerging research area. **Government information quarterly**, v. 25, n. 3, p. 400-428, 2008.

SÆBØ, Ø.; ROSE, J.; MOLKA-DANIELSEN, J. eParticipation: Designing and managing political discussion forums. **Social Science Computer Review**, v. 28, n. 4, p. 403-426, 2010.

TEORELL, J. Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda. **European Journal of Political Research**, v. 45, n. 5, p. 787-810, 2006.

TEORELL, J.; TORCAL, M.; MONTERO, R. Political participation: Mapping the terrain. In: VAN DETH, J.; MONTERO, R.; WESTHOLM, A (orgs). **Citizenship and involvement in European democracies: a comparative perspective**, p. 334-357, NY: Routledge, 2007.

THAKUR, R.; SRIVASTAVA, M. Adoption readiness, personal innovativeness, perceived risk and usage intention across customer groups for mobile payment services in India. **Internet Research**, v. 24, n. 3, p. 369-392, 2014.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Advances in prospect theory: Cumulative representation of uncertainty. **Journal of Risk and uncertainty**, v. 5, n. 4, p. 297-323, 1992.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: VAINER et al. (Orgs.). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo-Carta Maior, 2013.

VALACICH, J.; JESSUP, L.; DENNIS, A.; NUNAMAKER, J. A conceptual framework of anonymity in group support systems. **Group Decision and Negotiation**, v. 1, n. 3, p. 219-241, 1992.

VALENZUELA, S.; KIM, Y.; DE ZÚÑIGA, G. Social networks that matter: Exploring the role of political discussion for online political participation. **International journal of public opinion research**, v. 24, n. 2, p. 163-184, 2012.

VAN DIJK, J. **The network society**. London: Sage, 2012.

VENKATESH, V.; MORRIS, G.; DAVIS, B.; DAVIS, D. User acceptance of information technology: Toward a unified view. **MIS quarterly**, p. 425-478, 2003.

VIANNA, O. **Instituições políticas brasileiras**. v.1, São Paulo: Edusp, 1987.

VITAK, J.; ZUBE, P.; SMOCK, A.; CARR, T.; ELLISON, N.; LAMPE, C. It's complicated: Facebook users' political participation in the 2008 election. **CyberPsychology, behavior, and social networking**, v. 14, n. 3, p. 107-114, 2011.

VON NEUMANN, J.; MORGENSTERN, O. **Theory of games and economic behavior**. Princeton university press, 2007.

VRAGA, E.; ANDERSON, A.; KOTCHER, J.; MAIBACH, E. Issue-Specific Engagement: How Facebook Contributes to Opinion Leadership and Efficacy on Energy and Climate Issues. **Journal of Information Technology & Politics**, v. 12, n. 2, p. 200-218, 2015.

WEBER, U. The utility of measuring and modeling perceived risk. In: MARLEY, J. (Ed.). **Choice, decision, and measurement: Essays in honor of R. Duncan Luce**. NJ: Lawrence Erlbaum, 1997.

WEBER, U. Who's afraid of a little risk? New evidence for general risk aversion. In: SHANTEAU, J.; MELLERS, A.; SCHUM, A. (Eds.). **Decision Science and Technology: Reflections on the Contributions of Ward Edwards**. p. 53-64. US: Springer, 1999.

WEBER, U.; BLAIS, A.; BETZ, E. A domain-specific risk-attitude scale: Measuring risk perceptions and risk behaviors. **Journal of behavioral decision making**, v. 15, p. 263-290, 2002.

WEBER, U.; MILLIMAN, A. Perceived risk attitudes: Relating risk perception to risky choice. **Management Science**, v. 43, n. 2, p. 123-144, 1997.

WEBER, U.; HSEE, C. Cross-cultural differences in risk perception, but cross-cultural similarities in attitudes towards perceived risk. **Management science**, v. 44, n. 9, p. 1205-1217, 1998.

ZHENG, Y.; SCHACHTER, H.; HOLZER, M. The impact of government form on e-participation: A study of New Jersey municipalities. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 4, p. 653-659, 2014.

ZUCKERMAN, M. **Sensation Seeking: Beyond the Optimal Level of Arousal**. NJ: John Wiley & Sons, 1979.

**APÊNDICE A – Questionário completo utilizado no grupo experimental**

# A

## AVALIAÇÃO DA FERRAMENTA REAÇÕES

Essa pesquisa tem como objetivo verificar a opinião dos usuários em relação as novas ferramentas de interação do Facebook, denominadas de Reações.  
 Não existem respostas certas ou erradas e, em qualquer momento, o participante poderá deixar de responder ou de participar.  
 Por favor, não escreva seu nome ou qualquer outra forma de identificação pessoal.

1. Na sua opinião, as imagens que representam as REAÇÕES são adequadas?

**SIM** [ ]      **NÃO** [ ]      Por quê?

---

2. Na sua opinião, as REAÇÕES facilitarão a interação entre as pessoas no Facebook?

**SIM** [ ]      **NÃO** [ ]      Por quê?

---

3. Na sua opinião, quais são os principais PONTOS FORTES e PONTOS A MELHORAR nas REAÇÕES?

PONTOS FORTES	PONTOS A MELHORAR
1.	1.
2.	2.
3.	3.

4. Recomendaria as REAÇÕES para outras pessoas?

**SIM** [ ]      **NÃO** [ ]      Por quê?

---

5. Comentários/Sugestões sobre sua experiência com as REAÇÕES:

---



---



---



---



---

Procure marcar as respostas que mais são adequadas para você. Qualquer dúvida, peça auxílio ao pesquisador. As questões a seguir têm como objetivo conhecer melhor os participantes.

**6. Onde você nasceu?**

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

**7. Idade:** \_\_\_\_\_ Anos

**8. Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

**9. Nível de escolaridade:**

- a)  Ensino fundamental completo/cursando      b)  Ensino Superior completo/cursando  
 c)  Ensino Médio completo/cursando      d)  Pós-graduação completo/cursando
- 10. Renda familiar (Soma dos salários das pessoas que moram com você):**  
 a)  Até R\$ 788,00      b)  Entre R\$ 788,01 até R\$ 2.364,00  
 c)  Entre R\$ 2.364,01 até R\$ 4.728,00      d)  Entre R\$ 4.728,01 até R\$ 7.092,00  
 e)  Entre R\$ 7.092,01 até R\$ 9.456,00      f)  Mais de R\$ 9.456,00

**11. Com relação as suas crenças e práticas do dia-a-dia, você se considera uma pessoa:**

Pouco religiosa      Moderadamente religiosa      Muito religiosa  
 1       2       3       4       5

**12. Responda:**

A) Algumas pessoas dizem que você deve ter cuidado ao fazer grandes mudanças na vida. Suponha que essas pessoas estejam no número 1. Outras pessoas dizem que você nunca alcançará algo na vida a menos que aja com audácia. Suponha que essas últimas estão no número 5. Outras pessoas possuem pontos de vista entre esses dois extremos. Qual a sua posição nessa escala?

Agir com cautela      Agir com audácia  
 1       2       3       4       5

B) Imagine que você está jogando roleta em um cassino e foi um grande vencedor na terceira ou quarta rodada. Você seria favorável a continuar jogando ou a receber seus ganhos imediatamente?

Definitivamente      Provavelmente      Não tenho certeza      Provavelmente      Definitivamente  
 continuar jogando      continuar jogando      receber ganhos      receber ganhos  
 1       2       3       4       5

**13. Avalie as seguintes afirmações, marcando a sua posição na escala:**

Afirmações	Escala				
	Discordo Totalmente				Concordo Totalmente
Eu gosto de explorar lugares desconhecidos.	1	2	3	4	5
Eu gosto de fazer coisas que dão medo.	1	2	3	4	5
Eu gosto de experiências novas e excitantes, ainda que eu tenha que quebrar as regras.	1	2	3	4	5
Eu prefiro amigos que sejam estimulantes e imprevisíveis.	1	2	3	4	5
Eu penso que compreendo muito bem os assuntos políticos importantes que o nosso país está enfrentando.	1	2	3	4	5

**14. Em geral, o quanto é fácil ou difícil para você aceitar riscos? (marque sua posição na escala)**

Muito fácil      1      2      3      4      5      Muito difícil

**15. Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)**

\_\_\_\_\_

**16. Como você define a sua cor ou raça?**

a)  Branco      b)  Negro      c)  Pardo      d)  Indígena      e)  Amarelo

**Sobre o Facebook, responda:**

**17. Quantos contatos (amigos, conhecidos, familiares, e outros), ao total, você possui na sua rede?**

a)  10 ou menos      c)  51 até 100      e)  151 até 200      g)  301 até 400  
 b)  11 até 50      d)  101 até 150      f)  201 até 300      h)  Mais de 400.

**18. Na última semana, quantos minutos, em média, você passou no Facebook?**

a)  Menos de 10 min      c)  Entre 31 e 60 min      e)  Entre 2h e 3h  
 b)  Entre 10 e 30 min      d)  Entre 1h e 2h      f)  Mais de 3h

**19. Você já conhecia a ferramenta Reações (REACTIONS) do Facebook?**

a)  Sim

b)  Não

**20. Avalie as seguintes afirmações**

Afirmações	Escala					
	Discordo Totalmente	1	2	3	4	5
O Facebook está entre as atividades do meu dia-a-dia.	1	2	3	4	5	
Eu tenho orgulho de dizer às pessoas que tenho Facebook.	1	2	3	4	5	
O Facebook acabou se tornando parte da minha rotina diária.	1	2	3	4	5	
Eu me sinto isolado quando passo um tempo sem entrar no Facebook.	1	2	3	4	5	
Eu me sinto parte da comunidade do Facebook.	1	2	3	4	5	
Eu já me senti perseguido ou hostilizado por ter exposto minha opinião no Facebook.	1	2	3	4	5	
Eu ficaria triste se o Facebook acabasse.	1	2	3	4	5	
Eu acredito que o Facebook é uma plataforma adequada para compartilhar crenças políticas.	1	2	3	4	5	

**Agora, aguarde as instruções do Pesquisador para saber como responder as próximas páginas.**

- 21. Levando em consideração as mudanças no Facebook após a inclusão da ferramenta Reações, que trará anonimato e novas formas de expressão para a rede, imagine que as notícias do perfil do pesquisador, e que estão reproduzidas nas próximas folhas (05 até 09), foram exibidas na sua linha do tempo (página inicial da sua conta no Facebook). Marque apenas aquelas com as quais você, naturalmente, iria gostar de reagir, como no exemplo a seguir, em que marcamos uma publicação e outra deixamos em branco:

 **Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**  
30 de novembro às 13:00 · 🌐

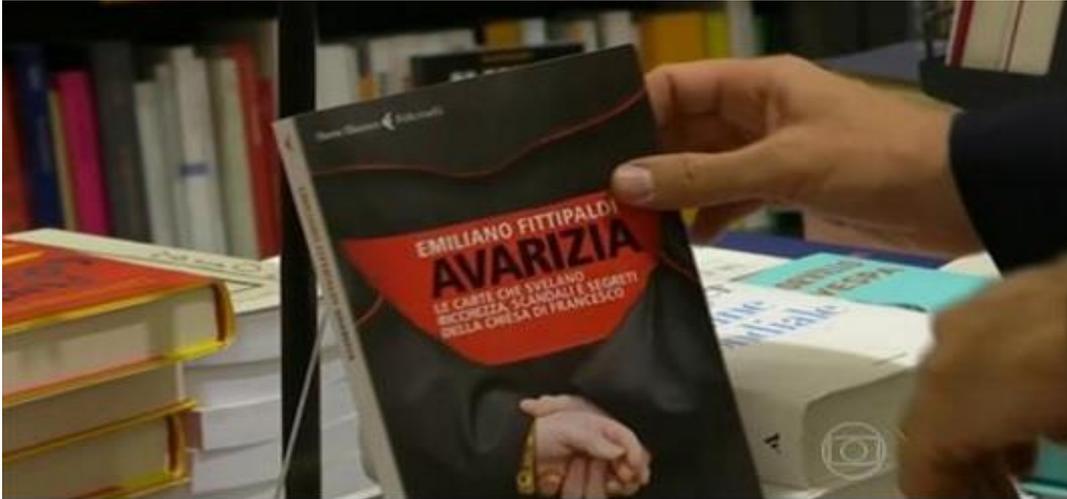
Ministério da Saúde confirmou relação entre #zika e #microcefalia em nota oficial divulgada no último sábado (28/11). Situação é inédita na pesquisa científica mundial. Presidência da República determinou a convocação de Grupo Executivo Interministerial (GEI), que envolve 17 ministérios, para a formulação de plano nacional do combate ao mosquito 'Aedes Aegypti'. <http://bit.ly/1IvtgCK> (Foto: EBC)



 **HBO Game of Thrones BR**  
29 de novembro às 16:00 · 🌐

Mesmo depois de ser banido por espionar Daenerys, Jorah voltou disposto a provar seu arrependimento e devoção. Poderá Dany confiar nele novamente? #GOTBR





## Livros mostram ganância e corrupção no Vaticano

Duas publicações são baseadas em documentos da Santa Sé. Pode ser um dos maiores escândalos internos da igreja católica.

G1.GLOBO.COM



## 'Meu governo não está envolvido em escândalo de corrupção', diz Dilma - Política - Estadão

Em resposta a Cunha, presidente afirmou que esquema na Petrobrás não está relacionado a sua gestão

POLITICA.ESTADAO.COM.BR



## Marin, ex-presidente da CBF, é detido na Suíça acusado de corrupção

O ex-presidente da CBF José Maria Marin, 83, e outros seis dirigentes da Fifa foram detidos nesta quarta-feira (27) pela polícia suíça em uma operação surpresa,...

[WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR](http://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR)



## EUA investigam Walmart por corrupção no Brasil, diz jornal

A rede de varejo Walmart é alvo de uma investigação por parte das autoridades americanas por envolvimento em corrupção no Brasil, revelou nesta terça-feira...

[NOTICIAS.UOL.COM.BR](http://NOTICIAS.UOL.COM.BR)



## Quenianos protestam e ocupam federação de atletismo após escândalo de corrupção

A sede da Federação de Atletismo do Quênia foi ocupada nesta segunda-feira, por cerca de 50 atletas que exigiam a renúncia de todos os dirigentes, devido aos escândalos de doping...

ESPN.UOL.COM.BR



## Ex-presidente de Assembleia Geral da ONU é denunciado por corrupção

John Ashe era embaixador de Antígua e Barbuda na ONU. Ele receberia dinheiro de empresários.

G1.GLOBO.COM



### Dinheiro voador: Site nacional cobra de Moro celeridade em investigação contra Cássio no STF |...

O site 'Pragmatismo Político' traz neste final de semana matéria 'detonando' o senador Cássio Cunha Lima (PSDB). Com o título 'O passado sombrio de um paladino da...'

PARAIBAJA.COM.BR



### Por corrupção, dirigente olímpico chinês é expulso de partido

O chinês Xiao Tian, um dos dirigentes esportivos mais importantes em seu país, foi expulso do Partido Comunista nesta quinta-feira após se envolver em um e

ESPORTES.TERRA.COM.BR



## Ex-presidente da IAAF é preso acusado de corrupção em doping

O ex-presidente da Federação Internacional de [espo](http://espo)

ESPORTES.TERRA.COM.BR



## TRE atende pedido de advogado e adia julgamento da AIJE Fiscal que pede cassação do governador -...

TRE atende pedido de advogado e adia julgamento da AIJE Fiscal que pede cassação do governador 19 de novembro de 2015O que eram apenas rumores de advogados nos...

HELDERMOURA.JORNALDAPARAIBA.COM.BR



**Muito obrigado pela sua participação e colaboração!**

## **APÊNDICE B – Adaptação de questionário para uso no grupo controle**

O questionário usado para o grupo controle é o mesmo do grupo experimental, excetuando-se o enunciado da última questão (nº 21) e a identificação utilizada para dividir os grupos. Dessa forma, segue apenas o enunciado alterado da questão 21:

**21.** Levando em consideração as mudanças no Facebook após a inclusão da ferramenta Reações, que trará novas formas de expressão para a rede, imagine que as notícias do perfil do pesquisador, e que estão reproduzidas nas próximas folhas (05 até 09), foram exibidas na sua linha do tempo (página inicial da sua conta no Facebook). Marque apenas aquelas com as quais você, naturalmente, iria gostar de reagir, como no exemplo a seguir, em que marcamos uma publicação e outra deixamos em branco.

## APÊNDICE C – *Slides* utilizados nas apresentações

Abaixo segue o *link* para acesso dos *slides* utilizados para apresentar a funcionalidade Reações aos diferentes grupos de participantes.

Grupo Experimental:

<https://www.dropbox.com/s/n6j2zxp2k3d9c8/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Grupo%20Experimental.pptx?dl=0>

Grupo Controle:

<https://www.dropbox.com/s/iiuwkfz8dvurtzp/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Grupo%20Controle.pptx?dl=0>

## APÊNDICE D – *Check-list* do experimento

*Check-list* do experimento:

1. Chegar meia hora antes do marcado (13h) para organizar as salas.
2. Verificar os projetores, deixando os *slides* prontos em cada computador.
3. Embaralhar os questionários aleatoriamente e deixá-los em pilhas.
4. Ao reunir alunos, explicar a pesquisa e perguntar se todos utilizam o FB.
5. Pedir que cada participante escolha o seu caderno de questões.
6. Pedir que, ao lerem a letra no canto superior da 1ª página, se dirijam até a respectiva sala, identificadas como salas A e B.
7. Apresentar os pesquisadores, contextualizar o estudo e iniciar a *cover story*, deixando claro que a qualquer momento os participantes poderão desistir de participar ou deixar de responder ao questionário.
8. Iniciar apresentação de *slides* e, em seguida, apresentar vídeo para *priming*.
9. Continuar *cover story*, agora segundo os diferentes tratamentos, reiterando que a intenção do estudo é obter a avaliação da nova funcionalidade pelos voluntários, através de um teste na sala 3 (laboratório de informática da instituição).
10. Solicitar o preenchimento da 1ª parte do questionário.
11. Aguardar todos terminarem, enquanto isso, fazer os procedimentos 7, 8, 9 e 10 com o outro grupo.
12. Explicar o preenchimento da 2ª parte do questionário e solicitar seu preenchimento.
13. Solicitar aos que terminarem que se dirijam para fora da sala, explicando que serão conduzidos para o laboratório de informática.
14. Reunir todos os participantes do lado de fora das salas e os conduzir para o pátio, onde será executada a entrevista pós-experimento.

## APÊNDICE E – Roteiro de intervenção durante experimento

### DISCURSOS DO PESQUISADOR DURANTE EXPERIMENTO

#### **Discurso 1 – Apresentação e contextualização.**

“Bom dia. Este é Thiago e eu sou Thales. Somos pesquisadores da UFPB, no Programa de Pós-graduação em Administração. Estamos fazendo um estudo em parceria com o Facebook Brasil, onde pretendemos conhecer a opinião das pessoas com relação as mudanças que já estão sendo implantadas na rede social em outros países, e que serão, em breve, implantadas no FB Brasil. Essa mesma pesquisa está ocorrendo em outros Estados brasileiros. O FB disponibilizou uma versão de teste, que foi instalada nos computadores do laboratório de informática, onde os senhores poderão testar daqui a pouco as novas ferramentas. Após a experiência com essas ferramentas, os senhores responderão a primeira página do questionário que foi entregue, onde há uma avaliação pessoal das mudanças introduzidas pelo FB.

Gostaríamos de deixar claro que os senhores, como voluntários, poderão deixar de responder ou mesmo de participar da pesquisa a qualquer momento. Esperamos que esta seja uma experiência proveitosa para todos. Gostaríamos de começar apresentando um vídeo para os senhores.”

#### **Discurso 2 (após *priming*) – Explicação das mudanças introduzidas no FB e solicitação de preenchimento da 1ª parte do questionário.**

“Esse vídeo mostrou, de uma forma cômica, como as pessoas e a mídia, em geral, reagiram quando o FB anunciou a intenção de modificar a ferramenta curtir. O botão “não-curtir”, com o polegar para baixo, não foi adotado. A proposta do FB é unir as pessoas numa rede de interações positiva para todas. A empresa divulgou que um botão “não-curtir” iria provocar interações negativas e desentendimentos, o que seria o oposto do que eles pretendem. Dessa forma, O FB implantou nos EUA as seguintes mudanças, que poderão, em breve, serem adotadas também no Brasil.”

#### **Continuação da apresentação de *slides*:**

### **Tratamento Experimental**

“O FB adotou duas mudanças. A primeira mudança é a inclusão dos novos botões para interação, denominados de Reações, que vocês podem ver no slide. Esses botões se apresentam como alternativas possíveis ao botão curtir. Para isso basta passar o mouse sobre o botão curtir. A segunda mudança é que o FB desabilitou a opção de ver quem curte ou aperta qualquer outro botão das reações. Antes era possível ver todas as pessoas que haviam curtido uma publicação, conforme o slide. Agora, o botão curtir e as demais reações são anônimas, sendo possível identificar apenas o quantitativo total de reações que a publicação recebeu, como na figura do slide. Dessa forma, as pessoas que interagem através das novas reações, qualquer que sejam suas reações, não são identificadas por quem publicou, ou por qualquer usuário da rede social.”

### **Tratamento de Controle**

“O FB adotou o que se chamou de Reações, que são este conjunto de novos botões para interação. Os novos botões se apresentam como alternativas possíveis, ao passar o mouse sobre o botão curtir.”

### **Continuação do discurso em ambos os grupos:**

“Agora gostaríamos que os senhores pulassem a primeira página, que só será respondida após a experiência com a ferramenta para teste das reações, e preenchessem as páginas 2 e 3 do questionário. Acrescentamos que não há respostas certas ou erradas em qualquer das etapas dessa pesquisa e solicitamos que os senhores não coloquem seus nomes nos questionários.”

### **Discurso 3 – Conclusão da *cover story* e solicitação de preenchimento da parte final do questionário.**

“Todos já terminaram? Ótimo. Vamos para a segunda parte. Os senhores irão usar uma plataforma para teste da ferramenta reações que foi fornecida pelo FB. Essa plataforma, instalada nos PCs do laboratório de informática, permite a interação com apenas 10 publicações por vez. Isso fez com que nós tivéssemos que escolher as publicações que seriam incluídas no teste de hoje. Resolvemos escolher todas relacionadas a um tema que está sempre em pauta no FB Brasil, que é a corrupção. Nas pesquisas que estão ocorrendo nos outros Estados, os temas

são diferentes. Isso porque é importante sabermos se a opinião, com relação as novas ferramentas, pode ser influenciada pelo tema escolhido. Apesar de ser um tema muito debatido, não temos certeza se todos os senhores gostam de interagir com esse tema nas redes sociais. Logo, antes de fazerem o teste e a avaliação da ferramenta reações, precisamos que os senhores identifiquem, entre as notícias que selecionamos, aquelas que, naturalmente, gostariam de interagir, se as novas ferramentas já estivessem disponíveis no FB Brasil. Para tanto, solicitamos que os senhores acessem o FB pelos seus smartphones e entrem nesse perfil (slide), que é de um dos nossos pesquisadores. Ao acessarem o perfil, encontrarão dez notícias, as mesmas que foram reproduzidas no questionário. Pedimos que, imaginando que essas notícias estão sendo reproduzidas na página inicial da conta de vocês (linha do tempo), selecionem aquelas com as quais gostariam de interagir se as reações já estivessem em funcionamento. Em seguida, marquem a notícia, como mostra o exemplo na página 04. Dessa forma, é possível marcar mais de uma, apenas uma ou mesmo nenhuma das notícias, conforme seja a avaliação de cada um.”

### **Tratamento Experimental**

“Lembramos que a ferramenta reações permite novas formas de interações, como no slide, e que são interações anônimas tanto para quem publica quanto para quem interage ou só visualiza as publicações.”

### **Tratamento de Controle**

“Lembramos que a ferramenta reações permite novas formas de interações, como mostradas no slide.”

### **Continuação do discurso em ambos os grupos:**

“Aqueles que terminarem, podem sair da sala com seus questionários em mãos, onde irão seguir para o teste das novas ferramentas.”

## APÊNDICE F – Roteiro de entrevista pós-experimento

Roteiro de entrevista pós-experimento:

- Orientação geral: Deixar que os participantes se manifestem livremente e procurar fazer perguntas específicas se houver alguma suspeita com relação a *cover story*.
  
- Apresentação e perguntas:
  - 1) Olá pessoal. Reunimos todos os senhores para fazermos algumas perguntas. Todos estão bem até aqui?
  - 2) Houve alguma dúvida que não foi sanada? Alguém ficou confuso com alguma questão ou mesmo em relação a nossa apresentação?
  - 3) Houve alguma pergunta que os deixou surpresos?
  - 4) Os senhores detectaram algum erro no questionário ou nos *slides*?
  - 5) Havia algo mal explicado? Ou faltou alguma informação?
  - 6) Os senhores acham que nós deixamos de explicar alguma parte? Ou que subtraímos algum tipo de informação sobre a pesquisa?
  - 7) Alguém acha que havia algo a mais na pesquisa? Algo que ficou por trás do que havíamos explicado?
  
- Anotar, junto com o pesquisador assistente, todas as respostas.

## **APÊNDICE G – Resumo de respostas coletadas na entrevista pós-experimento e procedimentos finais**

Resumo de respostas coletadas na entrevista pós-experimento e procedimentos finais do experimento:

Todos os participantes afirmaram estar se sentindo bem. Eles disseram que não havia nenhuma dúvida a ser tirada sobre as atividades ou mesmo sobre a pesquisa. Nenhum deles achou alguma parte da pesquisa particularmente confusa. Não encontraram nenhum erro no questionário. Foi feita uma observação com relação à pergunta 18, que questiona: “Na última semana, quantos minutos, em média, você passou no Facebook?”. Segundo o participante que se manifestou, o período de uma semana é muito longo para ter precisão na resposta. Este sugeriu que o período da pergunta fosse de apenas um dia. Um dos participantes afirmou que ficou surpreso por receber um chocolate no início da pesquisa, disse que não esperava. No mais, não houve outras surpresas para os pesquisados. Ao perguntarmos se eles achavam que havíamos subtraído alguma informação sobre a pesquisa, uma pessoa afirmou ter achado estranho o Facebook ter elaborado uma pesquisa “só para isso”. Em seguida, outro participante afirmou que o Facebook poderia ter feito a pesquisa no próprio ambiente digital. Perguntamos, então, se eles achavam que havia outro motivo para a pesquisa que estávamos conduzindo. Os participantes que questionaram, assim como os demais pesquisados, disseram que não achavam que havia outro motivo. Ficou entendido que o questionamento foi apenas devido à existência de outras formas de se fazer a pesquisa.

Terminada a etapa de perguntas, esclarecemos os verdadeiros motivos da pesquisa, bem como a razão de ter sido empregado um método que utiliza histórias fictícias. Esclarecido todos os pontos relevantes, bem como o que era verdadeiro e o que era falso da história que havíamos contado aos dois grupos, os participantes estavam visivelmente surpresos, mas não afirmaram terem se sentido de alguma forma prejudicados. Assim, concluímos a entrevista solicitando aos participantes que lessem o termo de consentimento livre e esclarecido e, havendo interesse na publicação dos dados coletados, que os preenchessem.

## **APÊNDICE H – Vídeo para *priming***

O vídeo utilizado para *priming* pode ser acessado pelo seguinte *link*:

<https://youtu.be/KQAwVj9qwPw>